



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SOCIOECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Danielle Martins Cabral

**Análise do emprego à luz da Agenda 2030 no município de Paulo Lopes (2006-  
2023)**

Florianópolis  
2026

Danielle Martins Cabral

**Análise do emprego à luz da Agenda 2030 no município de Paulo Lopes (2006-2023)**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Ciências Econômicas do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador(a): Prof. Dr. Ronivaldo Steingraber

Florianópolis  
2026

Danielle Martins Cabral

Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pela BU/UFSC.  
Dados inseridos pelo próprio autor.

Cabral, Danielle Martins  
Análise do emprego à luz da Agenda 2030 no município de  
Paulo Lopes (2006-2023) / Danielle Martins Cabral ;  
orientador, Ronivaldo Steingraber, 2026.  
72 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -  
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro  
Socioeconômico, Graduação em Ciências Econômicas,  
Florianópolis, 2026.

Inclui referências.

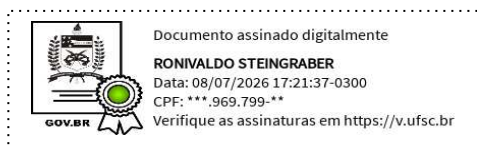
1. Ciências Econômicas. 2. Emprego. 3. Agenda 2030. 4.  
Desenvolvimento sustentável. 5. Paulo Lopes. I.  
Steingraber, Ronivaldo. II. Universidade Federal de Santa  
Catarina. Graduação em Ciências Econômicas. III. Título.

## **Análise do emprego à luz da Agenda 2030 no município de Paulo Lopes (2006-2023)**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de bacharel e aprovado em sua forma final pelo Curso de Ciências Econômicas.

Florianópolis, 7 de julho de 2026.

### **Banca examinadora**



**Prof. Dr. Ronivaldo Steingraber**  
Orientador

**Prof. Dr. Gilson Geraldino da Silva Junior**  
Universidade Federal de Santa Catarina

**Prof. Dr. Guilherme de Oliveira**  
Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, 2026.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, em primeiro lugar, ao meu orientador, Prof. Dr. Ronivaldo Steingraber, pela orientação, pela atenção e pelas contribuições ao longo da construção deste trabalho. Sua condução foi fundamental para o desenvolvimento desta monografia e para a conclusão desta etapa da minha formação.

Agradeço à Universidade Federal de Santa Catarina pela oportunidade de formação, pelo ambiente acadêmico e pelas experiências que contribuíram para a minha trajetória ao longo do curso.

Agradeço aos meus pais, Maria Aparecida e Pedro Paulo, que foram minha base em todo esse processo. Obrigada pela paciência, pelo apoio constante e por estarem ao meu lado em cada momento dessa caminhada.

Agradeço ao meu namorado, Lucas Cesar, por todo o apoio, paciência, compreensão e incentivo ao longo desse percurso. Sua presença foi muito importante nos momentos mais desafiadores e tornou essa caminhada mais leve.

Por fim, dedico este trabalho ao meu irmão, Douglas, que é para mim um exemplo de superação, força e inspiração. Sua trajetória me lembra, todos os dias, o valor da persistência e da coragem.

## RESUMO

Esta monografia analisa a evolução do emprego no município de Paulo Lopes (SC), no período de 2006 a 2023, à luz da Agenda 2030 e, em especial, do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 8, que trata do trabalho decente e do crescimento econômico. O estudo busca compreender como os indicadores de emprego se comportaram ao longo do período, considerando aspectos como formalização, distribuição por gênero, escolaridade, setor de atividade, tamanho do estabelecimento e faixa de remuneração. A pesquisa caracteriza-se como descritiva e explicativa, com procedimentos bibliográficos e documentais, utilizando dados secundários de instituições oficiais, como IBGE, RAIS, CAGED e Ipea. A análise contempla a comparação entre o município de Paulo Lopes, o estado de Santa Catarina e o Brasil, a fim de situar o desempenho local em relação a contextos mais amplos. Os resultados indicam que o mercado de trabalho municipal apresentou avanços em alguns indicadores, mas também limites estruturais associados à pequena escala da economia local, à concentração setorial e às restrições na geração de empregos de maior qualidade. Conclui-se que a trajetória do emprego em Paulo Lopes revela desafios importantes para a consolidação de um padrão de desenvolvimento mais inclusivo, produtivo e sustentável, em consonância com as diretrizes da Agenda 2030.

**Palavras-chave:** emprego; Agenda 2030; desenvolvimento sustentável; ODS 8; Paulo Lopes.

## ABSTRACT

This monograph analyzes the evolution of employment in the municipality of Paulo Lopes, Santa Catarina, from 2006 to 2023, in light of the 2030 Agenda and, especially, Sustainable Development Goal 8, which addresses decent work and economic growth. The study seeks to understand how employment indicators changed over time, considering aspects such as formalization, gender distribution, educational attainment, economic sector, establishment size, and wage levels. The research is descriptive and explanatory in nature, based on bibliographic and documentary procedures, and uses secondary data from official institutions such as the Brazilian Institute of Geography and Statistics, the Annual Social Information Report, the General Register of Employed and Unemployed Persons, and the Institute for Applied Economic Research. The analysis also compares Paulo Lopes with the state of Santa Catarina and with Brazil in order to place the local case within a broader context. The results indicate that the municipal labor market showed progress in some indicators, but also structural limitations related to the small scale of the local economy, sectoral concentration, and constraints in the generation of higher-quality jobs. It is concluded that the employment trajectory of Paulo Lopes reveals important challenges for the consolidation of a more inclusive, productive, and sustainable development pattern, in line with the guidelines of the 2030 Agenda.

**Keywords:** employment; 2030 Agenda; sustainable development; SDG 8; Paulo Lopes.

## LISTA DE FIGURAS

|                                                                                                                    |    |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Figura 1 – Brasil: evolução dos vínculos formais, 2006-2023 .....                                                  | 30 |
| Figura 2 – Brasil: vínculos formais por gênero, 2006-2023 .....                                                    | 31 |
| Figura 3 – Brasil: principais setores do emprego formal, 2006-2023 .....                                           | 32 |
| Figura 4 – Brasil: escolaridade dos vínculos formais, 2006-2023 .....                                              | 33 |
| Figura 5 – Brasil: vínculos por tamanho de estabelecimento, 2006-2023 .....                                        | 34 |
| Figura 6 – Brasil: vínculos formais por faixa de remuneração média (em salários mínimos), 2006–2023 .....          | 35 |
| Figura 7 – Santa Catarina: evolução dos vínculos formais, 2006–2023 .....                                          | 38 |
| Figura 8 – Santa Catarina: vínculos formais por gênero, 2006–2023 .....                                            | 39 |
| Figura 9 – Santa Catarina: principais setores do emprego formal, 2006–2023 .....                                   | 40 |
| Figura 10 – Santa Catarina: escolaridade dos vínculos formais, 2006–2023 .....                                     | 41 |
| Figura 11 – Santa Catarina: vínculos por tamanho do estabelecimento, 2006–2023 .....                               | 42 |
| Figura 12 – Santa Catarina: vínculos formais por faixa de remuneração média (em salários mínimos), 2006–2023 ..... | 43 |
| Figura 13 – Paulo Lopes: evolução dos vínculos formais, 2006–2023 .....                                            | 51 |
| Figura 14 – Paulo Lopes: vínculos formais por gênero, 2006–2023 .....                                              | 52 |
| Figura 15 – Paulo Lopes: principais setores do emprego formal, 2006–2023 .....                                     | 54 |
| Figura 16 – Paulo Lopes: escolaridade dos vínculos formais, 2006– 2023 .....                                       | 55 |
| Figura 17 – Paulo Lopes: vínculos por tamanho de estabelecimento, 2006– 2023 .....                                 | 56 |
| Figura 18 – Paulo Lopes: vínculos formais por faixa de remuneração média (em salários mínimos), 2006–2023 .....    | 57 |

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CAGED Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MTE Ministério do Trabalho e Emprego

ODS Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OIT Organização Internacional do Trabalho

ONU Organização das Nações Unidas

RAIS Relação Anual de Informações Sociais

## SUMÁRIO

|          |                                                                         |           |
|----------|-------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1</b> | <b>TEMA E OBJETIVOS DO ESTUDO .....</b>                                 | <b>11</b> |
| 1.1      | INTRODUÇÃO .....                                                        | 11        |
| 1.2      | OBJETIVOS .....                                                         | 13        |
| 1.2.1    | <b>Objetivo geral .....</b>                                             | <b>13</b> |
| 1.2.2    | <b>Objetivos específicos .....</b>                                      | <b>13</b> |
| 1.3      | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....                                       | 14        |
| 1.4      | ESTRUTURA DO TRABALHO.....                                              | 15        |
| <b>2</b> | <b>DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A AGENDA 2030.....</b>                 | <b>17</b> |
| 2.1      | CONCEITOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL .....                          | 17        |
| 2.2      | A AGENDA 2030 E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) ..... | 21        |
| 2.3      | O ODS 8: TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO .....                 | 24        |
| <b>3</b> | <b>MERCADO DE TRABALHO E DINÂMICA REGIONAL .....</b>                    | <b>27</b> |
| 3.1      | INDICADORES DE EMPREGO E MERCADO DE TRABALHO .....                      | 27        |
| 3.2      | MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL (2006–2023) .....                         | 29        |
| 3.3      | MERCADO DE TRABALHO EM SANTA CATARINA .....                             | 37        |
| <b>4</b> | <b>ANÁLISE DO EMPREGO NO MUNICÍPIO DE PAULO LOPES (SC).....</b>         | <b>46</b> |
| 4.1      | CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA E SOCIOECONÔMICA DO MUNICÍPIO<br>46            |           |
| 4.2      | EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE EMPREGO (2006–2023) .....                   | 50        |
| 4.3      | COMPARAÇÃO: MUNICÍPIO, ESTADO E BRASIL.....                             | 58        |
| 4.4      | AVALIAÇÃO À LUZ DA AGENDA 2030 (ODS 8).....                             | 62        |
| <b>5</b> | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                        | <b>67</b> |
|          | <b>REFERÊNCIAS .....</b>                                                | <b>71</b> |

## 1 TEMA E OBJETIVOS DO ESTUDO

### 1.1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento sustentável consolidou-se como um dos principais referenciais do debate contemporâneo sobre desenvolvimento, especialmente a partir do momento em que se passou a reconhecer que o crescimento econômico, por si só, não é suficiente para assegurar bem-estar social e preservação ambiental (BRUNDTLAND, 1987; SACHS, 2008; VEIGA, 2005). Nesse contexto, o desenvolvimento deixa de ser entendido apenas como expansão da produção e passa a ser concebido como um processo mais amplo, que envolve dimensões econômicas, sociais e ambientais de forma integrada (SACHS, 1993; VEIGA, 2006). Essa perspectiva foi fortalecida pela Agenda 2030, lançada pelas Nações Unidas, que propõe metas voltadas à construção de um modelo de desenvolvimento mais inclusivo, equilibrado e sustentável (ONU, 2015; IPEA, 2018).

Entre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o ODS 8 ocupa posição central por relacionar crescimento econômico, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos (ONU, 2015; IPEA, 2018). Essa relação é fundamental porque o trabalho não representa apenas uma dimensão econômica, mas também um elemento estruturante da vida social, da geração de renda e da inserção cidadã (OIT, 2016). Assim, analisar o mercado de trabalho significa também observar a forma como o desenvolvimento se concretiza em determinado território, considerando não apenas a quantidade de empregos gerados, mas também sua qualidade, formalização e capacidade de promover inclusão social (IPEA, 2018; OIT, 2016).

No Brasil, essa discussão ganha relevância adicional em razão das desigualdades regionais e das diferenças estruturais entre os mercados de trabalho locais (IPEA, 2018). A dinâmica do emprego varia conforme a base produtiva, a capacidade de diversificação econômica, o porte dos municípios e a inserção regional de cada território (MACEDO; PORTO, 2021). Por isso, estudos em escala municipal são importantes para compreender de que maneira os compromissos da Agenda 2030 se materializam em realidades concretas e territorialmente distintas (ONU, 2015; IPEA, 2018).

Nesse sentido, o município de Paulo Lopes, em Santa Catarina, apresenta-se como recorte pertinente de análise. Por se tratar de um município de pequeno porte, sua dinâmica de emprego permite observar como fatores locais e regionais influenciam a geração de vínculos formais, a distribuição setorial das ocupações, a escolaridade dos trabalhadores e a estrutura de remuneração. A análise desse caso possibilita verificar em que medida a evolução do emprego municipal se aproxima das diretrizes do ODS 8 e de um padrão de desenvolvimento mais inclusivo e sustentável (ONU, 2015; IPEA, 2018).

A literatura sobre mercado de trabalho destaca que a avaliação da ocupação exige a utilização de indicadores capazes de captar não apenas o volume de empregos, mas também suas condições de inserção e qualidade (CARDOSO, 2000; SINGER, 2003). Indicadores como formalização, renda, setor de atividade, escolaridade e tamanho dos estabelecimentos permitem compreender melhor a estrutura ocupacional de um território e identificar tendências de expansão, estabilidade ou retração no tempo (IBGE, 2022; OIT, 2016). Dessa forma, a análise do emprego em série histórica constitui ferramenta importante para interpretar as transformações do mercado de trabalho e suas relações com o desenvolvimento local.

Diante disso, esta monografia busca responder à seguinte questão: de que maneira evoluiu o emprego no município de Paulo Lopes (SC), entre 2006 e 2023, e em que medida essa trajetória se aproxima ou se distancia das diretrizes da Agenda 2030, especialmente do ODS 8? Para responder a essa pergunta, o estudo analisa a evolução dos principais indicadores de emprego no município e compara seus resultados com os observados em Santa Catarina e no Brasil, de modo a situar o desempenho local em um contexto mais amplo.

A relevância da pesquisa se justifica por três razões principais. Em primeiro lugar, ela contribui para o debate teórico sobre desenvolvimento sustentável, Agenda 2030 e mercado de trabalho (BRUNDTLAND, 1987; ONU, 2015; IPEA, 2018). Em segundo lugar, oferece uma análise empírica sobre a dinâmica do emprego formal em Paulo Lopes ao longo de quase duas décadas. Em terceiro lugar, pode subsidiar reflexões sobre políticas públicas e estratégias de desenvolvimento voltadas à geração de trabalho mais qualificado, especialmente em municípios de pequeno porte (MACEDO; PORTO, 2021; IPEA, 2024).

Com base nisso, o objetivo geral deste trabalho é analisar a evolução do emprego no município de Paulo Lopes (SC), no período de 2006 a 2023, à luz das diretrizes da Agenda 2030, com ênfase no ODS 8, comparando seu desempenho com o estado de Santa Catarina e com o Brasil. Para tanto, a pesquisa articula referencial teórico sobre desenvolvimento sustentável, trabalho decente e mercado de trabalho, além de utilizar indicadores de emprego formal para construir uma análise histórica e comparativa da realidade municipal.

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo geral

Analisar a evolução do emprego no município de Paulo Lopes (SC), no período de 2006 a 2023, à luz das diretrizes da Agenda 2030, com ênfase no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 8, que trata do trabalho decente e do crescimento econômico, comparando seu desempenho com o estado de Santa Catarina e com o Brasil.

### 1.2.2 Objetivos específicos

- a) Apresentar as características históricas, econômicas e sociais do município de Paulo Lopes (SC);
- b) Discutir os fundamentos teóricos do desenvolvimento sustentável e da Agenda 2030, com ênfase no ODS 8 (trabalho decente e crescimento econômico);
- c) Identificar e sistematizar indicadores de emprego relevantes para a análise (evolução dos vínculos formais, vínculos formais por gênero, vínculos formais por setores, entre outros);
- d) Analisar a evolução dos indicadores de emprego no município de Paulo Lopes entre 2006 e 2023;
- e) Comparar o desempenho do município com o estado de Santa Catarina e o Brasil no mesmo período;

- f) Avaliar em que medida o município se aproxima ou se distancia das metas estabelecidas pela Agenda 2030 relacionadas ao trabalho e emprego.

### 1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quanto ao nível de interpretação, a presente pesquisa caracteriza-se como descritiva e explicativa. A pesquisa descritiva tem por finalidade a caracterização de um fenômeno, permitindo identificar suas principais características e relações entre variáveis (GIL, 2002). No caso desta monografia, essa abordagem foi empregada na análise da evolução dos indicadores de emprego no município de Paulo Lopes (SC), no período de 2006 a 2023.

O caráter explicativo da pesquisa relaciona-se à compreensão dos fatores que influenciam a dinâmica observada, possibilitando interpretação mais aprofundada das transformações do emprego formal no município. Dessa forma, a análise não se restringe à descrição estatística dos dados, mas busca interpretá-los à luz do referencial teórico sobre desenvolvimento sustentável, mercado de trabalho e Agenda 2030, especialmente do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 8, que trata do trabalho decente e do crescimento econômico.

Quanto aos procedimentos técnicos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica fundamenta-se em material já elaborado, como livros, artigos científicos e produções acadêmicas, sendo essencial para a construção do referencial teórico (GIL, 2002). Neste estudo, foram utilizados trabalhos relacionados ao desenvolvimento sustentável, à Agenda 2030, ao mercado de trabalho e ao desenvolvimento regional, além de relatórios de organismos internacionais e instituições de pesquisa. Destacam-se, nesse contexto, as contribuições da Organização Internacional do Trabalho, especialmente quanto ao conceito de trabalho decente, e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, responsável pela adaptação e pelo acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no contexto brasileiro.

A pesquisa documental, por sua vez, baseou-se em fontes oficiais e bases estatísticas que permitem a análise do emprego formal em diferentes escalas territoriais. Foram utilizados principalmente dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED),

ambos do Ministério do Trabalho e Emprego, além de informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referentes à caracterização socioeconômica do município de Paulo Lopes. Esses dados permitiram observar a evolução dos vínculos formais, a distribuição por sexo, escolaridade, setor de atividade, tamanho do estabelecimento e faixa de remuneração.

A análise dos dados foi realizada por meio da construção de séries históricas referentes ao período de 2006 a 2023, o que possibilitou identificar tendências, oscilações e mudanças ao longo do tempo (PRODANOV; FREITAS, 2013). Adicionalmente, foi feita uma análise comparativa entre o município de Paulo Lopes, o estado de Santa Catarina e o Brasil, a fim de situar o desempenho local em relação a contextos mais amplos.

Por fim, os resultados foram interpretados à luz das diretrizes da Agenda 2030, especialmente no que se refere ao ODS 8, com o objetivo de avaliar em que medida o município se aproxima ou se distancia das metas associadas ao trabalho decente e ao crescimento econômico. Ressalta-se, ainda, que a pesquisa apresenta limitações inerentes ao uso de dados secundários, como diferenças de cobertura entre bases administrativas, defasagens temporais e restrições na disponibilidade de informações em nível municipal (LAKATOS; MARCONI, 2003).

#### 1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

A presente monografia está estruturada em cinco capítulos, organizados de forma a possibilitar uma análise progressiva do tema proposto. O primeiro capítulo apresenta o tema e os objetivos do estudo, incluindo a introdução, na qual se delimita o problema de pesquisa, a justificativa e a relevância do trabalho. Também são expostos o objetivo geral e os objetivos específicos, além dos procedimentos metodológicos adotados e da descrição da estrutura do trabalho.

O segundo capítulo aborda os fundamentos teóricos relacionados ao desenvolvimento sustentável e à Agenda 2030, com ênfase no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 8 (ODS 8), que trata do trabalho decente e do crescimento econômico. Nesse capítulo, são discutidos os principais conceitos e diretrizes que orientam a análise proposta.

O terceiro capítulo apresenta a discussão sobre o mercado de trabalho, contemplando os principais indicadores de emprego e sua evolução no Brasil e no estado de Santa Catarina no período de 2006 a 2023. O objetivo é contextualizar o cenário em que o município analisado está inserido.

O quarto capítulo é dedicado à análise empírica do município de Paulo Lopes (SC), incluindo sua caracterização histórica e socioeconômica, bem como a evolução dos indicadores de emprego no período estudado. Além disso, é realizada uma análise comparativa entre o município, o estado de Santa Catarina e o Brasil, buscando identificar semelhanças e diferenças. Por fim, os resultados são discutidos à luz das diretrizes da Agenda 2030, especialmente no que se refere ao ODS 8.

O quinto capítulo apresenta as considerações finais do estudo, nas quais são retomados os principais resultados obtidos, destacadas as contribuições da pesquisa e apontadas possíveis limitações, bem como sugestões para estudos futuros.

## **2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A AGENDA 2030**

### **2.1 CONCEITOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

O conceito de desenvolvimento sustentável consolidou-se como um dos principais referenciais teóricos do debate contemporâneo sobre desenvolvimento, especialmente a partir da segunda metade do século XX, quando se intensificaram as preocupações com os limites ambientais do crescimento econômico e com os efeitos sociais dos modelos tradicionais de modernização (BRUNDTLAND, 1987; VEIGA, 2005). Nesse contexto, passou-se a compreender que a expansão econômica, quando desvinculada de critérios sociais e ambientais, tende a produzir degradação dos recursos naturais, concentração de renda e comprometimento da qualidade de vida das gerações presentes e futuras (SACHS, 2008; VEIGA, 2006). Assim, o desenvolvimento sustentável não se opõe ao crescimento, mas propõe sua reorganização em bases mais equilibradas, socialmente justas e ecologicamente viáveis (BRUNDTLAND, 1987; SACHS, 1993).

A formulação mais conhecida do conceito encontra-se no Relatório Nosso Futuro Comum, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que definiu desenvolvimento sustentável como aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades (BRUNDTLAND, 1987). Essa definição tornou-se clássica por introduzir a dimensão intergeracional no debate sobre desenvolvimento, deslocando a discussão da simples expansão produtiva para uma reflexão mais ampla sobre responsabilidade temporal e limites materiais do crescimento (VEIGA, 2005; GUIMARÃES, 2001). Ao enfatizar que o desenvolvimento deve considerar o futuro, o relatório consolidou a ideia de que as decisões econômicas e políticas precisam ser avaliadas também por seus impactos cumulativos sobre a sociedade e o meio ambiente (BRUNDTLAND, 1987; SACHS, 2008).

Embora amplamente difundido, o desenvolvimento sustentável não pode ser reduzido a uma concepção estritamente ambiental, pois envolve dimensões econômicas, sociais e políticas indissociáveis (SACHS, 1993; VEIGA, 2006). Nesse sentido, Sachs defende que o desenvolvimento deve ser entendido como um processo

que articula viabilidade econômica, prudência ecológica e justiça social, recusando interpretações que tratam sustentabilidade apenas como preservação da natureza (SACHS, 1993; SACHS, 2008). Essa perspectiva permite compreender que a exclusão social e a degradação ambiental não são problemas separados, mas expressões de uma mesma estrutura de desenvolvimento desigual (SACHS, 2008; VEIGA, 2005). Dessa forma, o conceito assume caráter multidimensional e passa a orientar análises mais amplas sobre territórios, políticas públicas e padrões de produção e consumo (SACHS, 1993; VEIGA, 2006).

No campo econômico, o desenvolvimento sustentável implica repensar os mecanismos de produção, distribuição e consumo, de modo que a geração de riqueza não ocorra à custa da exaustão dos recursos naturais nem da ampliação das desigualdades sociais (VEIGA, 2006; SACHS, 2008). A literatura crítica ao modelo convencional de crescimento destaca que o Produto Interno Bruto, embora relevante como indicador de atividade econômica, não é suficiente para medir a qualidade do desenvolvimento, pois não expressa adequadamente a distribuição da renda, o bem-estar social e os impactos ambientais (VEIGA, 2005; SACHS, 2008). Por isso, autores ligados ao debate da sustentabilidade defendem uma noção mais ampla de progresso, fundada em eficiência produtiva, inovação tecnológica, inclusão social e uso racional dos recursos naturais (SACHS, 1993; VEIGA, 2006). Em outras palavras, a sustentabilidade econômica não diz respeito apenas à continuidade do crescimento, mas à sua compatibilidade com a reprodução da vida social e ecológica no longo prazo (BRUNDTLAND, 1987; GUIMARÃES, 2001).

A dimensão social do desenvolvimento sustentável é igualmente central, pois a própria formulação original do conceito reconhece que a satisfação das necessidades humanas básicas deve ser prioridade, sobretudo em contextos marcados por pobreza e exclusão (BRUNDTLAND, 1987; VEIGA, 2005). Sachs observa que não há desenvolvimento sustentável sem inclusão social, uma vez que a desigualdade compromete a coesão das sociedades e limita o acesso da população a emprego, renda, educação, saúde e infraestrutura adequada (SACHS, 2008). Nessa linha, o desenvolvimento sustentável deve ser compreendido como um projeto voltado à ampliação das capacidades humanas e à redução das vulnerabilidades sociais, e não apenas como estratégia de conservação ambiental (VEIGA, 2006; SACHS, 1993). Isso exige políticas redistributivas, fortalecimento institucional e garantia de direitos

sociais básicos, especialmente em territórios marcados por desigualdades históricas (GUIMARÃES, 2001; VEIGA, 2005).

A dimensão ambiental, por sua vez, refere-se à necessidade de preservar a base ecológica que sustenta a vida e a atividade econômica, evitando que a exploração dos recursos ultrapasse a capacidade de regeneração dos ecossistemas (BRUNDTLAND, 1987; SACHS, 2008). A literatura sobre sustentabilidade enfatiza que os recursos naturais são finitos e que a economia depende, em última instância, dos serviços ecológicos providos pela natureza, como água, solo, energia e biodiversidade (VEIGA, 2005; GUIMARÃES, 2001). Dessa forma, o desenvolvimento sustentável requer a adoção de tecnologias menos poluentes, padrões de consumo responsáveis e formas de produção compatíveis com os limites ambientais do planeta (SACHS, 1993; VEIGA, 2006). A proteção ambiental, portanto, não aparece como um elemento acessório do desenvolvimento, mas como condição para a continuidade das atividades econômicas e para a reprodução da vida social (BRUNDTLAND, 1987; SACHS, 2008).

Outro aspecto importante destacado pela literatura é que o desenvolvimento sustentável deve ser entendido como um processo histórico e político, e não como um estado final plenamente alcançado (BRUNDTLAND, 1987; SACHS, 2008). O próprio relatório Brundtland ressalta que a sustentabilidade não corresponde a um equilíbrio fixo, mas a uma trajetória contínua de transformação nas formas de exploração dos recursos, nos investimentos e nas mudanças institucionais e tecnológicas (BRUNDTLAND, 1987). Essa concepção evidencia que a sustentabilidade depende de escolhas concretas de política pública, planejamento territorial e regulação econômica, e não apenas de formulações normativas abstratas (VEIGA, 2006; SACHS, 1993). Assim, o desenvolvimento sustentável exige ação coordenada entre Estado, mercado e sociedade civil, com capacidade de planejar o futuro sem desconsiderar as assimetrias do presente (SACHS, 2008; GUIMARÃES, 2001).

A literatura também apresenta críticas ao uso generalizado e, por vezes, impreciso do termo desenvolvimento sustentável. Veiga observa que o conceito, apesar de amplamente difundido, muitas vezes é empregado de forma ambígua, ora como justificativa para políticas econômicas tradicionais, ora como expressão genérica de preocupação ambiental, sem que isso represente necessariamente transformação estrutural dos padrões de desenvolvimento (VEIGA, 2005; VEIGA,

2006). Guimarães argumenta que o discurso da sustentabilidade pode ser apropriado por diferentes atores sem que haja mudança efetiva nas relações sociais e produtivas que produzem desigualdade e destruição ambiental (GUIMARÃES, 2001). Essa crítica reforça a necessidade de que a pesquisa acadêmica vá além da aceitação automática do conceito e observe, empiricamente, se as práticas analisadas correspondem aos princípios sustentáveis defendidos pela literatura (SACHS, 2008; VEIGA, 2005).

No plano internacional, o desenvolvimento sustentável ganhou maior operacionalidade com a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que traduzem o conceito em metas concretas e mensuráveis para diferentes áreas da vida social, econômica e ambiental (ONU, 2015; IPEA, 2018). Essa agenda reforça que o desenvolvimento sustentável não pode ser dissociado de emprego digno, redução das desigualdades, proteção ambiental e fortalecimento institucional, consolidando uma visão integrada dos desafios contemporâneos (ONU, 2015; IPEA, 2018). Para o caso brasileiro, o Ipea destaca que a Agenda 2030 exige articulação entre políticas públicas e estratégias territoriais, considerando as desigualdades regionais e a diversidade socioeconômica dos municípios (IPEA, 2018). Dessa maneira, o conceito deixa de ser apenas uma referência abstrata e passa a orientar análises empíricas sobre realidades locais, como a do município de Paulo Lopes (ONU, 2015; IPEA, 2018).

Em síntese, o desenvolvimento sustentável pode ser definido como um paradigma de desenvolvimento que busca conciliar progresso econômico, inclusão social e preservação ambiental, considerando simultaneamente as necessidades do presente e os direitos das gerações futuras (BRUNDTLAND, 1987; SACHS, 2008). Sua relevância teórica decorre da capacidade de integrar dimensões que tradicionalmente eram tratadas de forma separada, oferecendo uma base analítica mais adequada para interpretar a complexidade dos problemas contemporâneos (VEIGA, 2006; GUIMARÃES, 2001). No contexto desta monografia, esse referencial é essencial para avaliar a evolução do emprego em Paulo Lopes à luz da Agenda 2030, especialmente do ODS 8, permitindo verificar em que medida a dinâmica local do mercado de trabalho se aproxima de um padrão de desenvolvimento sustentável (ONU, 2015; IPEA, 2018).

## 2.2 A AGENDA 2030 E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável representa um marco na consolidação de uma governança internacional voltada à articulação entre crescimento econômico, inclusão social e preservação ambiental. Lançada em 2015 no âmbito da Organização das Nações Unidas, a agenda foi concebida como um compromisso global entre governos, sociedade civil, setor privado e organismos internacionais para enfrentar, de forma integrada, os principais desafios contemporâneos (ONU, 2015). Sua formulação ocorre em um contexto no qual se reconhece que os modelos tradicionais de desenvolvimento, centrados sobretudo na expansão econômica, foram insuficientes para responder simultaneamente às desigualdades sociais, à degradação ambiental e às fragilidades institucionais que caracterizam o cenário mundial (IPEA, 2018).

A construção da Agenda 2030 está vinculada à trajetória histórica dos debates internacionais sobre desenvolvimento sustentável. Desde a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em 1992, até os compromissos assumidos nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, consolidou-se a percepção de que os desafios do desenvolvimento exigem metas compartilhadas e mecanismos de acompanhamento capazes de orientar a ação pública em diferentes escalas (ONU, 2015; IPEA, 2018). Nesse sentido, a Agenda 2030 não surge como iniciativa isolada, mas como resultado de um processo gradual de amadurecimento político e institucional que reconhece a interdependência entre pobreza, trabalho, educação, saúde, meio ambiente e crescimento econômico (SACHS, 2008; ONU, 2015).

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, conhecidos como ODS, constituem o núcleo operacional da Agenda 2030. São dezessete objetivos interdependentes, acompanhados de metas e indicadores voltados ao monitoramento de sua implementação pelos países signatários (ONU, 2015). Diferentemente de abordagens fragmentadas, os ODS partem do pressuposto de que os problemas contemporâneos são complexos e inter-relacionados, exigindo políticas públicas integradas e estratégias territoriais sensíveis às especificidades de cada realidade nacional e local (IPEA, 2018). Dessa forma, a agenda propõe uma visão de

desenvolvimento que articula progresso econômico, justiça social e sustentabilidade ambiental em uma mesma estrutura normativa.

Entre os aspectos centrais da Agenda 2030 está o reconhecimento de que a erradicação da pobreza, a redução das desigualdades e a promoção do trabalho decente são condições indispensáveis para sociedades mais sustentáveis. Essa perspectiva rompe com a ideia de que o desenvolvimento pode ser medido apenas por indicadores macroeconômicos, como o crescimento do PIB e incorpora dimensões relacionadas à qualidade de vida, à inclusão produtiva e ao acesso equitativo às oportunidades (ONU, 2015; IPEA, 2018). Assim, os ODS ampliam o conceito de desenvolvimento ao incluir metas diretamente relacionadas à realidade dos territórios, especialmente daqueles marcados por desigualdades sociais e baixa diversificação econômica.

No caso brasileiro, a adaptação da Agenda 2030 ao contexto nacional tem sido acompanhada por instituições como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. O Ipea destaca que a implementação dos ODS no Brasil deve considerar as assimetrias regionais, os diferentes níveis de capacidade institucional e a heterogeneidade socioeconômica dos municípios, uma vez que os desafios do desenvolvimento não se distribuem de forma homogênea pelo território nacional (IPEA, 2018). Essa observação é especialmente relevante em pesquisas de escala municipal, pois permite compreender como compromissos globais se materializam em contextos locais concretos, marcados por limitações, potencialidades e especificidades próprias.

A estrutura da Agenda 2030 também evidencia uma mudança importante na formulação das políticas de desenvolvimento. Em vez de estabelecer prioridades isoladas, a agenda organiza seus objetivos de modo a reforçar a complementaridade entre diferentes dimensões do bem-estar. O ODS 1 trata da erradicação da pobreza; o ODS 4, da educação de qualidade; o ODS 5, da igualdade de gênero; o ODS 8, do trabalho decente e do crescimento econômico; o ODS 10, da redução das desigualdades; e o ODS 13, da ação contra a mudança global do clima, entre outros (ONU, 2015). Essa articulação demonstra que o desenvolvimento sustentável depende da convergência entre políticas sociais, econômicas e ambientais, não sendo possível avançar em uma dimensão sem considerar seus efeitos sobre as demais.

No que se refere à governança da Agenda 2030, destaca-se o seu caráter universal e voluntário, o que significa que todos os países assumem responsabilidades comuns, ainda que diferenciadas, na implementação dos ODS (ONU, 2015). Essa universalidade distingue a agenda de compromissos anteriores no âmbito internacional, pois reconhece que os desafios do desenvolvimento sustentável não se restringem aos países pobres ou em desenvolvimento, mas dizem respeito a todas as nações, independentemente de seu grau de industrialização ou riqueza. Ao mesmo tempo, a voluntariedade da agenda exige mecanismos de cooperação, acompanhamento e adaptação que permitam sua concretização em diferentes níveis de governo e em distintas escalas territoriais.

Na literatura especializada, a Agenda 2030 também é entendida como um instrumento de tradução política do conceito de desenvolvimento sustentável, tornando-o operacional por meio de metas mensuráveis e indicadores acompanháveis ao longo do tempo (IPEA, 2018). Essa característica confere maior objetividade ao debate sobre sustentabilidade e permite avaliar a evolução das políticas públicas em termos concretos. Ao estabelecer metas específicas, a agenda oferece parâmetros que possibilitam comparar desempenhos entre países, estados, municípios e regiões, favorecendo diagnósticos mais precisos sobre avanços e desafios de cada território. Para estudos como este, essa estrutura é particularmente útil, pois permite relacionar a realidade local aos compromissos mais amplos assumidos internacionalmente.

Em síntese, a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável representam uma nova etapa do debate internacional sobre desenvolvimento, ao propor uma visão integrada, universal e orientada por metas concretas para enfrentar os desafios sociais, econômicos e ambientais do século XXI (ONU, 2015; IPEA, 2018). Sua relevância reside não apenas no conteúdo dos objetivos apresentados, mas também na lógica de articulação entre diferentes dimensões do desenvolvimento e na possibilidade de aplicação em distintas escalas territoriais. No âmbito desta monografia, a Agenda 2030 constitui o referencial normativo central para analisar a evolução do emprego em Paulo Lopes, especialmente a partir do ODS 8, que relaciona crescimento econômico, trabalho decente e inclusão produtiva (ONU, 2015; IPEA, 2018).

## 2.3 O ODS 8: TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 8 (ODS 8) ocupa posição central na Agenda 2030 por articular duas dimensões fundamentais do desenvolvimento: a expansão econômica e a promoção de condições dignas de trabalho. Sua formulação reconhece que não basta gerar crescimento econômico, sendo necessário que esse crescimento se traduza em emprego produtivo, inclusão social, proteção dos direitos trabalhistas e melhoria das condições de vida da população. Nesse sentido, o ODS 8 expressa a compreensão de que o trabalho é um elemento estruturante da organização social e um dos principais canais de acesso à renda, à cidadania e à integração econômica. (ONU, 2015; IPEA, 2018)

A centralidade do ODS 8 decorre do fato de que o trabalho decente não é apenas uma meta social, mas também uma condição para a sustentabilidade do desenvolvimento no longo prazo. A própria Agenda 2030 parte do pressuposto de que economias que crescem sem gerar empregos de qualidade tendem a reproduzir desigualdades, precarização e exclusão, comprometendo a coesão social e a estabilidade econômica. Assim, o ODS 8 propõe uma visão de desenvolvimento em que o crescimento deve ser inclusivo, sustentado e orientado para a ampliação das oportunidades de trabalho com remuneração adequada, segurança, proteção social e respeito aos direitos fundamentais do trabalhador. (ONU, 2015; IPEA, 2018)

Na literatura e nos documentos institucionais que tratam do tema, o conceito de trabalho decente é associado à possibilidade de acesso a ocupações produtivas, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humana. Essa formulação, difundida pela Organização Internacional do Trabalho, influencia diretamente a estrutura do ODS 8, que incorpora a preocupação com emprego pleno e produtivo, trabalho seguro, erradicação do trabalho forçado e infantil, além da promoção de ambientes laborais mais justos e inclusivos. Dessa forma, o debate sobre trabalho decente ultrapassa a dimensão estritamente econômica e alcança também os campos social, jurídico e ético, uma vez que trata do lugar do trabalho na reprodução da vida e na garantia de direitos. (OIT, 2016; ONU, 2015)

O ODS 8 também está fortemente relacionado à ideia de crescimento econômico sustentado. No entanto, a Agenda 2030 não defende qualquer forma de expansão da atividade econômica, mas um crescimento que seja capaz de gerar

emprego de qualidade, aumentar a produtividade e fortalecer a inclusão social. Essa perspectiva é especialmente importante em países marcados por desigualdades estruturais, como o Brasil, onde a criação de postos de trabalho não necessariamente se converte em melhoria generalizada das condições de vida. Assim, o ODS 8 busca aproximar crescimento e bem-estar, considerando que a dinâmica econômica só pode ser considerada sustentável quando cria oportunidades reais de inserção produtiva e reduz a precariedade laboral. (IPEA, 2018; ONU, 2015)

Do ponto de vista analítico, o ODS 8 apresenta metas que permitem observar diferentes dimensões do mercado de trabalho e da atividade econômica. Entre suas metas, destacam-se a promoção do crescimento econômico per capita, a elevação da produtividade, o estímulo à diversificação econômica, o apoio ao empreendedorismo, a formalização do trabalho e a ampliação do acesso ao emprego para jovens e grupos vulneráveis. Também integra esse objetivo a preocupação com a eliminação do trabalho forçado, da escravidão moderna e do tráfico de pessoas, bem como com a erradicação do trabalho infantil em todas as suas formas. Esse conjunto de metas revela que o ODS 8 não se limita ao volume de empregos, mas se volta à qualidade, à proteção e à sustentabilidade das ocupações existentes. (ONU, 2015; IPEA, 2018)

No contexto brasileiro, o ODS 8 adquire relevância particular em razão das características históricas do mercado de trabalho nacional, marcado por informalidade elevada, heterogeneidade regional e forte desigualdade na distribuição de renda. A adaptação das metas globais ao contexto do Brasil exige considerar as diferenças entre estados, regiões e municípios, uma vez que os indicadores de emprego e renda variam amplamente no território. Nesse sentido, o Ipea destaca que a implementação do ODS 8 no país depende de políticas públicas capazes de combinar crescimento econômico, inclusão produtiva e redução das vulnerabilidades laborais, especialmente em áreas de menor dinamismo econômico. (IPEA, 2018)

A importância do ODS 8 para esta monografia reside justamente em sua capacidade de oferecer um referencial normativo para a análise do emprego em escala local. Ao estudar o município de Paulo Lopes no período de 2006 a 2023, torna-se possível verificar não apenas a evolução quantitativa do emprego, mas também a qualidade das ocupações geradas, o nível de formalização, a renda média do trabalho e a presença de vulnerabilidades socioeconômicas. Desse modo, o ODS 8 permite interpretar os dados do município em uma perspectiva mais ampla, relacionando a

realidade local aos compromissos assumidos pela Agenda 2030 e às exigências de um modelo de desenvolvimento mais inclusivo e sustentável. (ONU, 2015; IPEA, 2018)

Além disso, o ODS 8 oferece um importante ponto de conexão entre o desenvolvimento sustentável e o mercado de trabalho. Ao vincular crescimento econômico a trabalho decente, o objetivo reforça que a geração de riqueza deve estar acompanhada de inclusão social e proteção aos direitos humanos. Isso é particularmente relevante em territórios de pequeno porte, nos quais a estrutura econômica pode ser limitada e a criação de empregos depende de fatores como localização geográfica, infraestrutura, setor de serviços e integração regional. Nesses casos, a análise do emprego à luz do ODS 8 permite identificar em que medida o crescimento local se converte em melhoria concreta das condições de vida da população. (ONU, 2015; IPEA, 2018)

Dessa forma, o ODS 8 constitui um dos pilares mais relevantes da Agenda 2030, pois sintetiza a relação entre trabalho, renda, inclusão e crescimento econômico em uma perspectiva de sustentabilidade. Sua análise é fundamental para compreender se os avanços econômicos observados em determinado território estão de fato associados à promoção de trabalho decente e ao fortalecimento das condições sociais da população. No caso de Paulo Lopes, essa referência permitirá avaliar se a dinâmica do emprego municipal, ao longo do período estudado, se aproxima das metas de um desenvolvimento mais justo, produtivo e sustentável. (ONU, 2015; IPEA, 2018).

### 3 MERCADO DE TRABALHO E DINÂMICA REGIONAL

#### 3.1 INDICADORES DE EMPREGO E MERCADO DE TRABALHO

A análise do mercado de trabalho exige o uso de indicadores capazes de captar, de forma mais precisa, a dinâmica da ocupação, da renda e das condições de inserção produtiva da população. Em estudos sobre emprego, não basta observar apenas o número absoluto de postos de trabalho, pois esse dado isolado não expressa a qualidade das ocupações, o grau de formalização, a estabilidade dos vínculos nem a distribuição dos rendimentos entre os trabalhadores. Por isso, a literatura econômica e social recomenda a utilização de um conjunto articulado de indicadores, que permita apreender o mercado de trabalho em sua complexidade e em suas diferentes dimensões. (CARDOSO, 2000; SINGER, 2003)

Entre os indicadores mais utilizados estão a taxa de ocupação, a taxa de desocupação, o nível de formalização, a renda média do trabalho, a participação por setores econômicos e a proporção de trabalhadores em situação de informalidade. A taxa de ocupação indica a parcela da população em idade ativa que está inserida em alguma atividade produtiva, enquanto a taxa de desocupação mede a proporção de pessoas que estão sem trabalho, mas disponíveis e em busca de ocupação. Esses indicadores são fundamentais porque permitem identificar não apenas a capacidade de absorção da força de trabalho pela economia, mas também os obstáculos ao acesso ao emprego. (IBGE, 2022; OIT, 2016)

O nível de formalização é outro indicador central, especialmente em países com forte presença de ocupações precárias e vínculos laborais instáveis. Ele expressa a parcela dos trabalhadores que possuem registro formal, proteção previdenciária e acesso a direitos trabalhistas previstos na legislação. Já a informalidade revela a existência de relações de trabalho mais frágeis, frequentemente marcadas por baixa remuneração, ausência de proteção social e maior vulnerabilidade a choques econômicos. Assim, a análise do grau de formalização é indispensável para avaliar a qualidade do emprego e não apenas sua quantidade. (IBGE, 2022; IPEA, 2018)

A renda do trabalho constitui outro elemento essencial para a compreensão do mercado de trabalho, pois o simples fato de estar ocupado não garante inserção

digna ou suficiente para a reprodução da vida. A literatura destaca que a remuneração média permite observar se o crescimento econômico está, de fato, sendo convertido em melhoria das condições de vida dos trabalhadores. Além disso, a distribuição da renda revela desigualdades internas relevantes, já que médias agregadas podem ocultar diferenças expressivas entre grupos ocupacionais, setores produtivos e territórios. Por isso, o rendimento do trabalho deve ser analisado em conjunto com outros indicadores, como escolaridade, formalização e estrutura setorial do emprego. (SINGER, 2003; IPEA, 2018)

A composição setorial da ocupação também é um indicador importante para compreender a dinâmica econômica de um território. A predominância do emprego em determinados setores, como serviços, agropecuária ou indústria, revela o grau de diversificação produtiva e o tipo de inserção econômica predominante em uma localidade. Municípios com forte concentração em setores de baixa produtividade ou de caráter sazonal tendem a apresentar maior instabilidade ocupacional e menores níveis de renda. Já economias mais diversificadas costumam oferecer maior resiliência diante de crises e mais possibilidades de absorção da mão de obra local. (IBGE, 2022; CARDOSO, 2000)

No caso dos estudos territoriais, os indicadores de emprego também são importantes para analisar desigualdades regionais e diferenciações entre escalas de desenvolvimento. Comparar municípios, estados e país permite identificar se a realidade local acompanha, supera ou se distancia das tendências mais amplas do mercado de trabalho. Essa comparação é especialmente útil quando se deseja compreender o comportamento de pequenas economias locais em relação a contextos estaduais e nacionais, uma vez que fatores como localização geográfica, estrutura produtiva e acesso à infraestrutura influenciam diretamente os resultados observados. (IPEA, 2018; IBGE, 2022)

A literatura sobre mercado de trabalho ressalta ainda que os indicadores devem ser interpretados de maneira histórica e relacional. Isso significa que sua análise ganha densidade quando observada ao longo do tempo, permitindo identificar tendências de expansão, retração, formalização ou precarização do emprego. Séries históricas são particularmente relevantes porque revelam impactos de conjunturas econômicas, mudanças institucionais e transformações setoriais sobre o comportamento do trabalho em determinado território. Dessa forma, o estudo temporal

dos indicadores auxilia na compreensão das mudanças estruturais que afetam o emprego e a renda. (SINGER, 2003; IBGE, 2022)

À luz da Agenda 2030, a utilização de indicadores de emprego assume importância adicional, uma vez que o ODS 8 estabelece metas diretamente relacionadas ao crescimento econômico sustentado, ao emprego pleno e produtivo e ao trabalho decente para todos. Nesse contexto, indicadores como formalização, rendimento, ocupação setorial e desocupação tornam-se instrumentos de verificação da aderência dos territórios aos compromissos assumidos internacionalmente. Em outras palavras, o uso desses indicadores permite avaliar em que medida a realidade do mercado de trabalho local se aproxima de um padrão de desenvolvimento inclusivo e sustentável. (ONU, 2015; IPEA, 2018)

Dessa forma, os indicadores de emprego e mercado de trabalho constituem a base empírica para qualquer análise séria sobre a inserção produtiva da população. Eles permitem identificar não apenas quantas pessoas estão ocupadas, mas em que condições trabalham, quanto recebem, em quais setores estão inseridas e qual o grau de estabilidade de suas ocupações. No âmbito desta monografia, esses indicadores serão fundamentais para examinar a evolução do emprego em Paulo Lopes entre 2006 e 2023 e, posteriormente, para confrontar essa dinâmica com as metas do ODS 8 e com os desempenhos observados em Santa Catarina e no Brasil. (IBGE, 2022; IPEA, 2018)

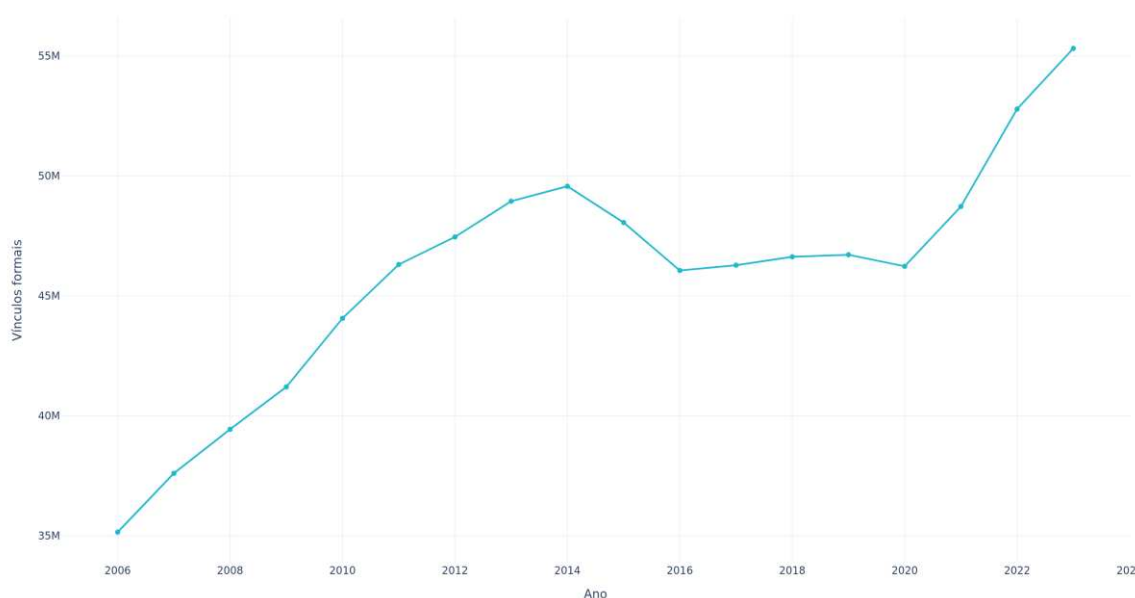
### 3.2 MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL (2006–2023)

A análise do mercado de trabalho brasileiro no período de 2006 a 2023 é fundamental para situar o contexto mais amplo no qual se insere a realidade de Paulo Lopes. Como recorte nacional, o Brasil oferece a referência macroestrutural da dinâmica do emprego formal, permitindo identificar tendências de crescimento, retração e recomposição que, em maior ou menor medida, repercutem sobre estados e municípios. Nesse sentido, a observação da trajetória brasileira não tem finalidade meramente descritiva, mas cumpre a função de estabelecer parâmetros para a comparação posterior com Santa Catarina e com o município analisado.

Ao longo da série, a evolução dos vínculos formais no Brasil revela um movimento de expansão relativamente consistente entre 2006 e 2014, seguido de

inflexão nos anos de crise econômica e posterior retomada, com recuperação mais intensa a partir de 2021. O comportamento da série indica crescimento contínuo desde o início do período até 2014, retração entre 2015 e 2016 e, posteriormente, recomposição gradual, culminando em forte aceleração nos anos mais recentes. Essa trajetória sugere que o mercado formal brasileiro respondeu de forma sensível às oscilações macroeconômicas, mas também preservou capacidade de recuperação no longo prazo.

**Figura 1 – Brasil: evolução dos vínculos formais, 2006-2023**



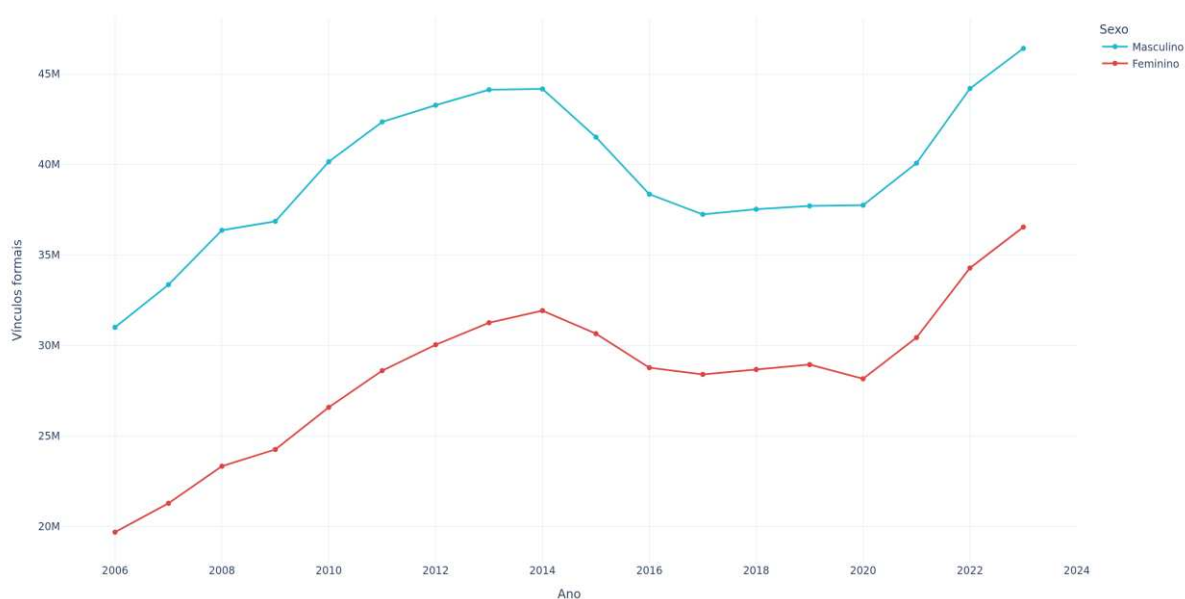
*Fonte: RAIS/CAGED. Elaboração própria.*

A leitura dessa evolução permite destacar três momentos principais. O primeiro corresponde ao ciclo de crescimento entre 2006 e 2014, fase em que a ampliação dos vínculos formais indica maior capacidade de absorção da força de trabalho pelo mercado regulamentado. O segundo momento está associado à perda de dinamismo observada entre 2015 e 2016, quando a redução do estoque de vínculos expressa os efeitos da desaceleração econômica sobre o emprego formal. O terceiro momento inicia-se com a recuperação posterior, ainda moderada em parte da série, e ganha intensidade nos anos mais recentes, quando o crescimento do número de vínculos volta a se acelerar. Essa periodização é importante porque mostra que a evolução do

emprego formal no Brasil não foi linear, mas marcada por descontinuidades e mudanças de ritmo.

Além do comportamento agregado dos vínculos, a desagregação por sexo mostra que o mercado de trabalho formal brasileiro permaneceu predominantemente masculino durante todo o período. Os homens mantiveram estoque superior de vínculos em todos os anos da série, embora a trajetória feminina também tenha sido de crescimento expressivo. Isso indica que houve ampliação da inserção das mulheres no mercado formal, mas sem alterar completamente a assimetria histórica entre os sexos na estrutura ocupacional brasileira.

**Figura 2 – Brasil: vínculos formais por gênero, 2006-2023**



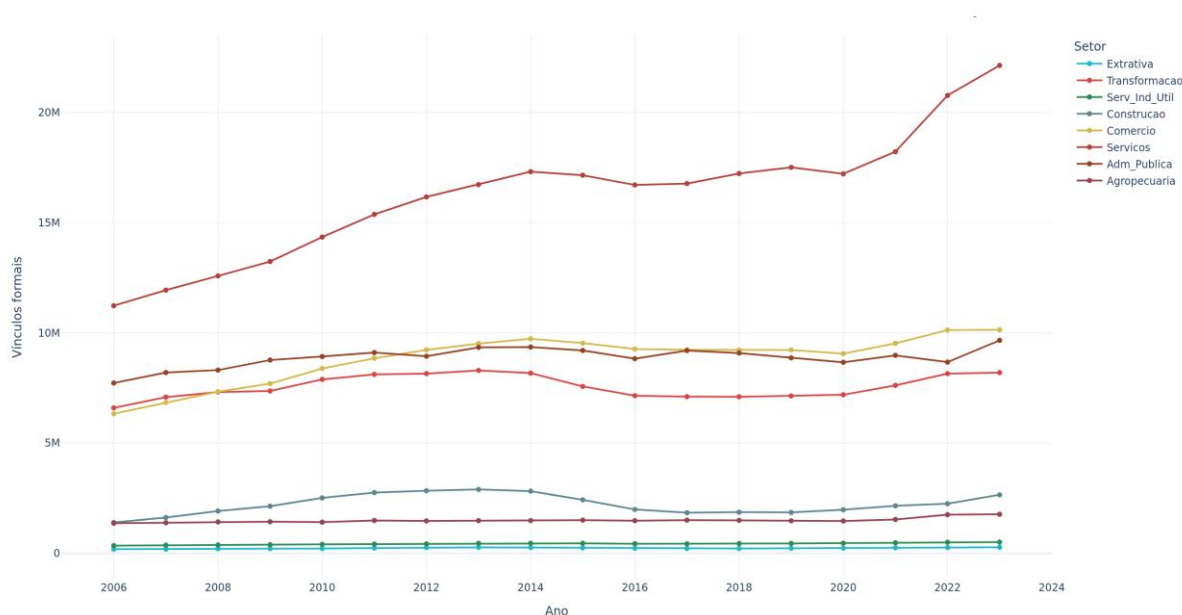
*Fonte: RAIS/CAGED. Elaboração própria.*

A distância entre as duas curvas, contudo, não deve ser lida apenas como diferença quantitativa. Ela também sinaliza a persistência de desigualdades estruturais no acesso às oportunidades de emprego, na distribuição ocupacional e, possivelmente, nas condições de permanência e progressão no mercado formal. Ao mesmo tempo, o crescimento simultâneo dos vínculos masculinos e femininos ao longo da série sugere um alargamento da formalização em ambos os grupos, ainda que em ritmos e magnitudes distintas. Para a análise comparativa posterior, esse

aspecto é relevante porque permite observar se, em escalas menores, como a estadual e a municipal, a composição por gênero reproduz ou não o padrão nacional.

A composição setorial dos vínculos formais brasileiros evidencia uma estrutura ocupacional fortemente concentrada em atividades urbanas e de serviços. Observa-se clara predominância do setor de serviços ao longo de toda a série, seguido por comércio, administração pública e indústria de transformação. Essa configuração confirma o peso do setor terciário na absorção do emprego formal no país e indica que a dinâmica ocupacional brasileira está fortemente associada à expansão das atividades de serviços, sem que isso elimine a importância de outros segmentos tradicionais da estrutura produtiva.

**Figura 3 – Brasil: principais setores do emprego formal, 2006-2023**



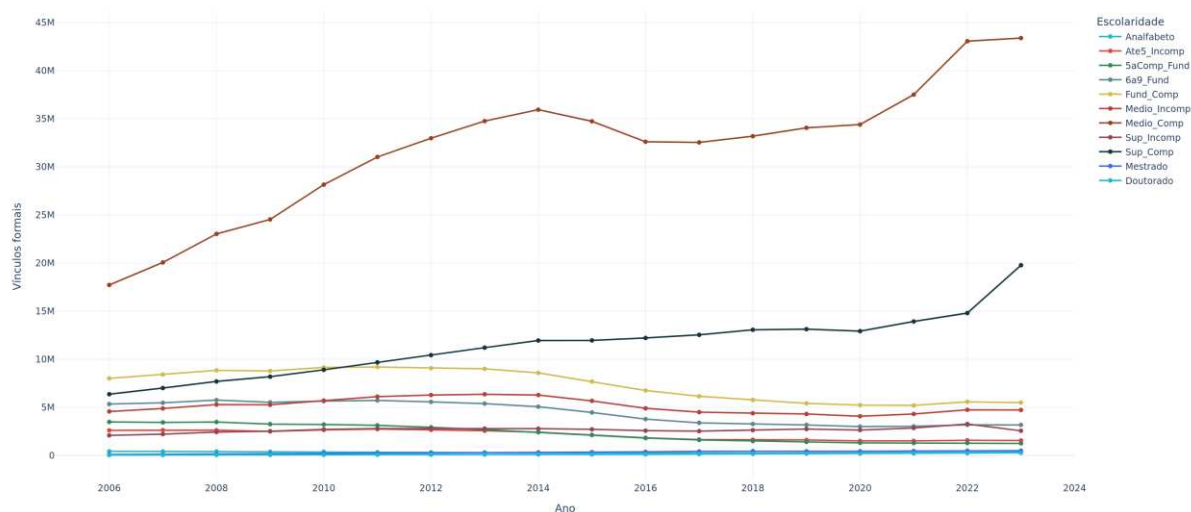
*Fonte: RAIS/CAGED. Elaboração própria.*

Também chama atenção o comportamento da indústria de transformação e da construção civil. Enquanto a primeira mantém participação relevante, ainda que sem liderança no estoque total de vínculos, a segunda revela maior sensibilidade às oscilações conjunturais, especialmente nos momentos de desaceleração econômica. A agropecuária e os serviços industriais de utilidade pública aparecem com volumes

menores, o que reforça a concentração setorial do emprego formal em poucos grandes ramos. Esse perfil setorial é analiticamente importante porque oferece uma moldura para interpretar a especialização relativa de Santa Catarina e, sobretudo, de Paulo Lopes, cuja estrutura produtiva tende a ser menos diversificada do que a nacional.

No que se refere à escolaridade, a série indica transformação relevante no perfil dos trabalhadores formais ao longo do período. Observa-se forte predominância dos vínculos com ensino médio completo, cuja trajetória cresce de forma acentuada e se distancia das demais categorias ao longo dos anos. Em seguida, aparece o grupo com ensino superior completo, também em trajetória ascendente, embora em patamar inferior. As demais faixas de escolaridade apresentam comportamento mais estável ou declinante em termos relativos, sugerindo reconfiguração gradual do perfil educacional do emprego formal brasileiro.

**Figura 4 – Brasil: escolaridade dos vínculos formais, 2006-2023**



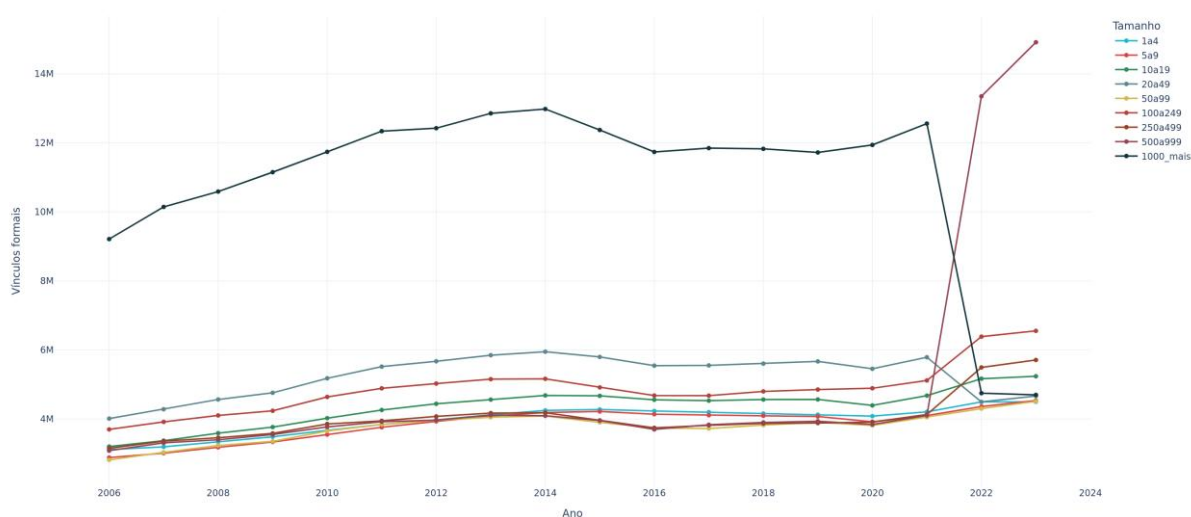
*Fonte: RAIS/CAGED. Elaboração própria.*

Esse movimento aponta para um processo de elevação da escolarização média dos trabalhadores inseridos no mercado formal. Em outras palavras, o emprego com carteira assinada e demais vínculos formais passou a concentrar, de forma crescente, indivíduos com níveis mais altos de instrução, especialmente aqueles com ensino médio completo e, em menor medida, superior completo. Embora isso não signifique,

por si só, melhoria homogênea na qualidade do emprego, o dado revela exigências educacionais mais elevadas em parte significativa da estrutura ocupacional. Para a presente pesquisa, esse ponto é especialmente relevante, pois permitirá avaliar se o município de Paulo Lopes acompanha essa tendência de aumento da escolarização dos vínculos ou se permanece mais concentrado em faixas educacionais inferiores.

A distribuição dos vínculos por tamanho de estabelecimento acrescenta outra dimensão importante à análise. O mercado formal brasileiro se apoia em uma estrutura empresarial bastante heterogênea, com forte peso dos estabelecimentos de grande porte, especialmente aqueles com 1.000 ou mais empregados. As faixas intermediárias também demonstram participação relevante, indicando que a geração de emprego formal no país não depende exclusivamente de micro e pequenas unidades. Essa leitura reforça a ideia de que o mercado de trabalho brasileiro, em escala nacional, está articulado a uma base produtiva ampla, com forte presença de empresas médias e grandes.

**Figura 5 – Brasil: vínculos por tamanho de estabelecimento, 2006-2023**



*Fonte: RAIS/CAGED. Elaboração própria.*

Já os estabelecimentos muito pequenos mantêm presença menor quando comparados aos grupos de maior porte no estoque total de vínculos. Isso ajuda a compreender por que a estrutura ocupacional nacional apresenta maior capacidade de absorção da força de trabalho e maior diversidade organizacional do que aquela

observada em escalas territoriais mais restritas. Tal aspecto será importante nas comparações posteriores, sobretudo porque municípios de pequeno porte tendem a depender mais intensamente de estabelecimentos menores e de uma base empresarial menos diversificada.

A distribuição dos vínculos formais por faixa de remuneração média acrescenta uma dimensão qualitativa importante à análise do mercado de trabalho brasileiro. A figura mostra que, ao longo de toda a série, a maior concentração de vínculos permaneceu na faixa de 1,01 a 2,00 salários mínimos, que se manteve amplamente superior às demais categorias e acompanhou a expansão do emprego formal no país. Em posição intermediária, aparecem os vínculos situados entre 2,01 e 5,00 salários mínimos, enquanto as faixas de rendimento mais elevado, superiores a 5 salários mínimos, permanecem em patamar consideravelmente menor, apesar de também apresentarem crescimento em termos absolutos ao longo da série.

**Figura 6 – Brasil: vínculos formais por faixa de remuneração média (em salários mínimos), 2006–2023**



Fonte: RAIS/CAGED. Elaboração própria.

Outro aspecto relevante é o crescimento da faixa de até 1 salário mínimo, especialmente nos anos mais recentes, o que indica que parte da expansão do mercado formal ocorreu em ocupações de menor remuneração. Sob a ótica do ODS 8, esse resultado é relevante porque mostra que a ampliação do número de vínculos formais, embora importante, não significa automaticamente melhoria homogênea na qualidade da inserção ocupacional. Em outras palavras, a formalização avançou, mas permaneceu fortemente concentrada em faixas salariais baixas e intermediárias, o que evidencia limites estruturais na promoção de trabalho decente em sentido mais amplo.

Em perspectiva ampla, a análise do mercado de trabalho brasileiro entre 2006 e 2023 evidencia que a formalização do emprego avançou de maneira significativa no longo prazo, mas esse processo ocorreu de forma desigual e marcado por importantes limitações estruturais. A expansão do número de vínculos formais, a diversificação setorial do emprego, a elevação do nível de escolaridade dos trabalhadores e a recuperação observada nos anos mais recentes demonstram que o mercado de trabalho brasileiro preservou capacidade de crescimento e recomposição mesmo diante de períodos de crise e desaceleração. Ainda assim, a permanência de assimetrias de gênero, a forte concentração dos vínculos em determinados setores e, sobretudo, a predominância de faixas de remuneração situadas nos níveis baixos e intermediários revelam que o avanço quantitativo da formalização não foi acompanhado, de maneira homogênea, por melhoria equivalente na qualidade da inserção ocupacional.

Esse resultado é particularmente relevante quando a análise é orientada pelo ODS 8, uma vez que o trabalho decente não se resume à existência de vínculo formal, mas pressupõe também condições adequadas de remuneração, estabilidade, proteção social e acesso mais equitativo às oportunidades de emprego. Nesse sentido, os dados nacionais sugerem que o Brasil avançou na ampliação do emprego formal, mas ainda convive com um padrão ocupacional em que parte expressiva dos trabalhadores permanece concentrada em posições de menor valorização salarial, o que limita a concretização mais plena dos objetivos associados ao crescimento inclusivo e ao trabalho decente. Assim, o exame do caso brasileiro oferece uma base analítica indispensável para esta monografia, pois delimita o contexto estrutural a partir do qual será possível compreender, na escala estadual e municipal, se Santa

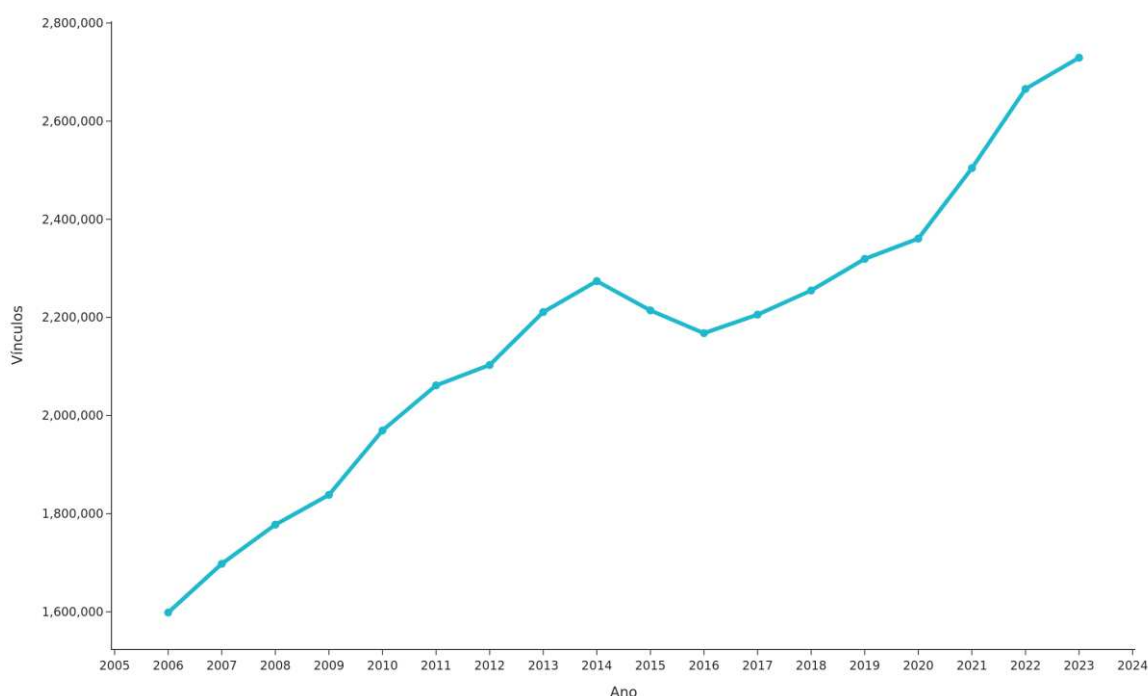
Catarina e Paulo Lopes reproduzem, atenuam ou contrastam com as tendências observadas no cenário nacional.

### 3.3 MERCADO DE TRABALHO EM SANTA CATARINA

A análise do mercado de trabalho em Santa Catarina no período de 2006 a 2023 é fundamental para situar a posição do estado entre a escala nacional e a realidade municipal de Paulo Lopes. Como referência intermediária, Santa Catarina apresenta particular relevância nesta pesquisa, pois combina dinamismo econômico, diversificação produtiva e trajetória historicamente favorável no emprego formal. Desse modo, o exame do caso catarinense permite compreender de que forma características regionais específicas condicionam a geração de vínculos formais e influenciam a inserção ocupacional em municípios de menor porte.

Ao longo da série, a evolução dos vínculos formais em Santa Catarina revela um movimento de crescimento consistente entre 2006 e 2014, seguido de leve retração em meados da década seguinte e posterior retomada, com aceleração mais intensa a partir de 2021. Em linhas gerais, o estado apresentou expansão do estoque de vínculos desde o início da série, alcançou um primeiro patamar elevado em 2014, sofreu inflexão nos anos de desaceleração econômica e voltou a crescer de forma mais robusta nos anos mais recentes. Essa trajetória indica que o mercado de trabalho catarinense, embora sensível às oscilações macroeconômicas, preservou capacidade de recomposição e continuidade do crescimento no longo prazo.

**Figura 7 – Santa Catarina: evolução dos vínculos formais, 2006–2023**



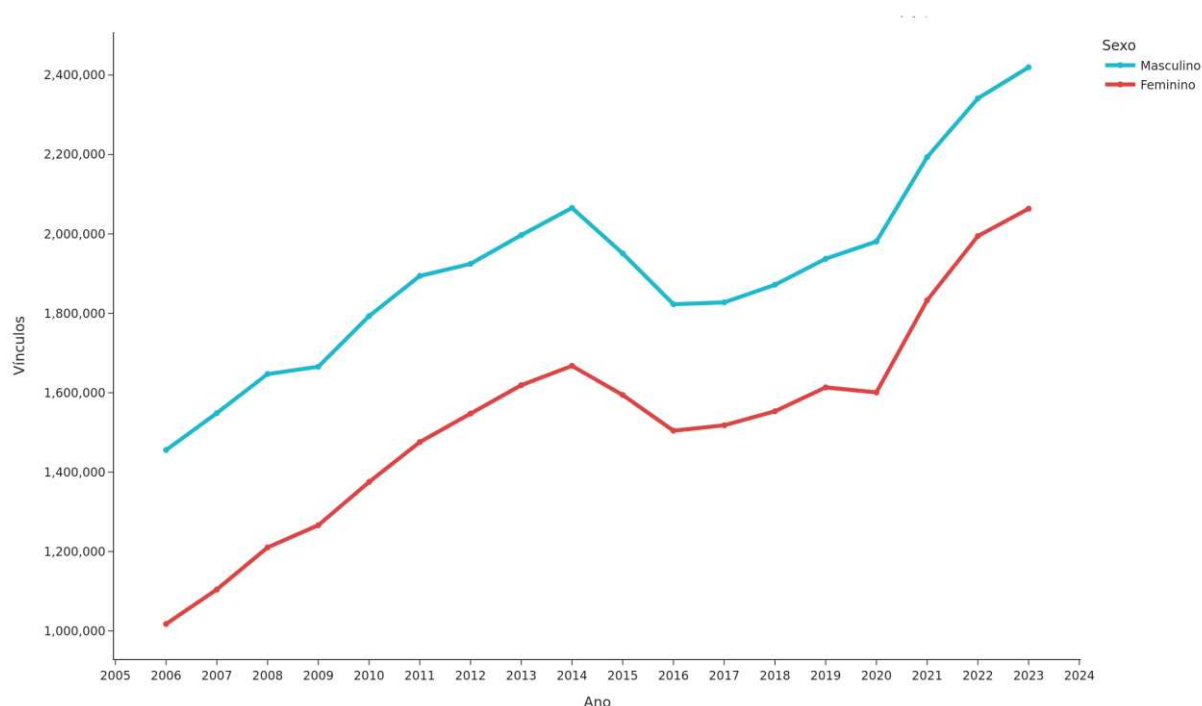
*Fonte: RAIS/CAGED. Elaboração própria.*

A leitura dessa série permite identificar três momentos principais. O primeiro corresponde à expansão observada entre 2006 e 2014, quando a elevação dos vínculos formais sugere maior capacidade de absorção da força de trabalho pelo mercado estadual. O segundo momento refere-se à inflexão registrada entre 2015 e 2016, em sintonia com a deterioração do cenário econômico nacional. O terceiro período caracteriza-se pela retomada progressiva do crescimento, que ganha maior intensidade a partir de 2021 e culmina nos níveis mais altos da série em 2022 e 2023. Esse comportamento reforça a percepção de que Santa Catarina apresenta maior resiliência relativa na estrutura do emprego formal quando comparada à média brasileira.

No recorte por sexo, o mercado formal catarinense manteve predominância masculina ao longo de todo o período, ainda que a participação feminina também tenha se ampliado de forma expressiva. As curvas revelam crescimento para ambos os grupos, com diferença persistente a favor dos homens, mas com avanço consistente do contingente feminino no conjunto dos vínculos formais. Isso demonstra

que a expansão do mercado de trabalho estadual incorporou mais mulheres ao emprego formal, embora sem eliminar integralmente as assimetrias de gênero presentes na estrutura ocupacional.

**Figura 8 – Santa Catarina: vínculos formais por gênero, 2006–2023**



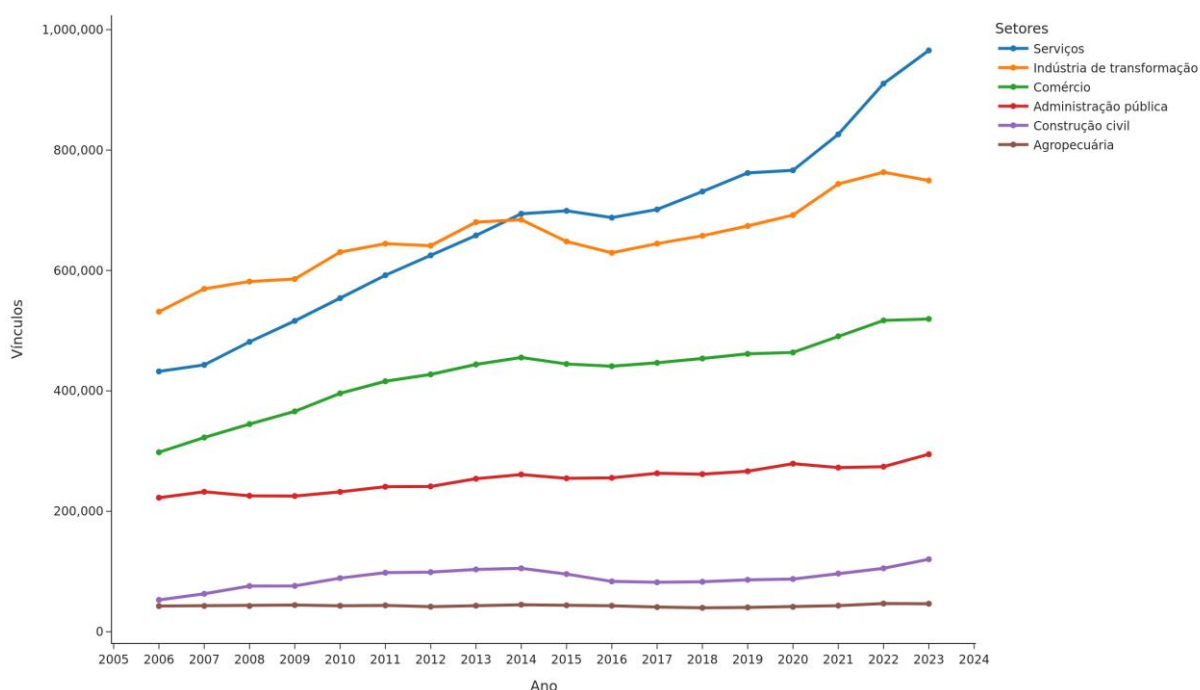
*Fonte: RAIS/CAGED. Elaboração própria.*

A diferença entre os dois grupos não deve ser interpretada apenas como uma variação numérica. Ela expressa também a permanência de desigualdades estruturais no acesso às oportunidades produtivas, na distribuição ocupacional e, possivelmente, na hierarquia dos postos de trabalho. Ainda assim, a trajetória ascendente dos vínculos femininos ao longo da série sugere que Santa Catarina acompanhou a tendência de ampliação da inserção das mulheres no mercado formal, aspecto relevante para a análise da qualidade do emprego sob a ótica do trabalho decente.

Do ponto de vista setorial, Santa Catarina apresenta estrutura ocupacional relativamente diversificada, com forte presença dos serviços, da indústria de transformação, do comércio e da administração pública. O gráfico indica crescimento expressivo do setor de serviços ao longo da série, especialmente nos anos finais, ao

mesmo tempo em que a indústria de transformação preserva participação elevada e o comércio mantém presença importante no estoque de vínculos. Essa configuração sugere que o desempenho favorável do mercado de trabalho catarinense está associado a uma base produtiva menos concentrada, capaz de distribuir a geração de emprego entre diferentes segmentos econômicos.

**Figura 9 – Santa Catarina: principais setores do emprego formal, 2006–2023**



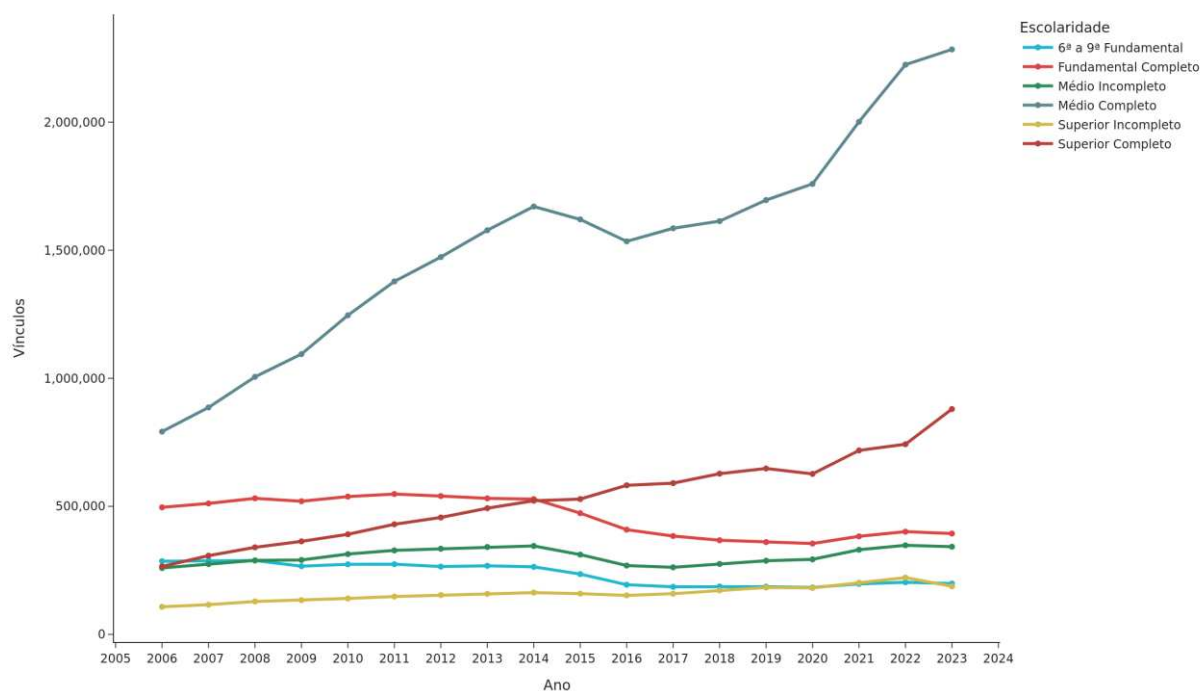
*Fonte: RAIS/CAGED. Elaboração própria.*

A análise setorial evidencia, ainda, que a indústria de transformação ocupa papel especialmente relevante no estado, diferentemente do que ocorre em economias mais fortemente terciarizadas. Esse aspecto reforça uma característica histórica de Santa Catarina: a presença de um tecido produtivo regional relativamente robusto, articulando serviços e atividades industriais em escala significativa. O comércio e a administração pública também contribuem de forma importante para a sustentação do emprego formal, enquanto construção civil e agropecuária aparecem

com menor volume, embora mantenham participação na composição ocupacional estadual.

No que se refere à escolaridade, a série mostra mudança gradual no perfil educacional dos trabalhadores formais em Santa Catarina. Observa-se nítida predominância dos vínculos com ensino médio completo ao longo de todo o período, com crescimento expressivo dessa categoria em comparação com as demais. Também se destaca a trajetória ascendente do ensino superior completo, enquanto as faixas de menor escolaridade tendem a apresentar menor dinamismo relativo. Esse padrão sugere elevação do nível de instrução exigido ou absorvido pelo mercado formal catarinense ao longo da série.

**Figura 10 – Santa Catarina: escolaridade dos vínculos formais, 2006–2023**



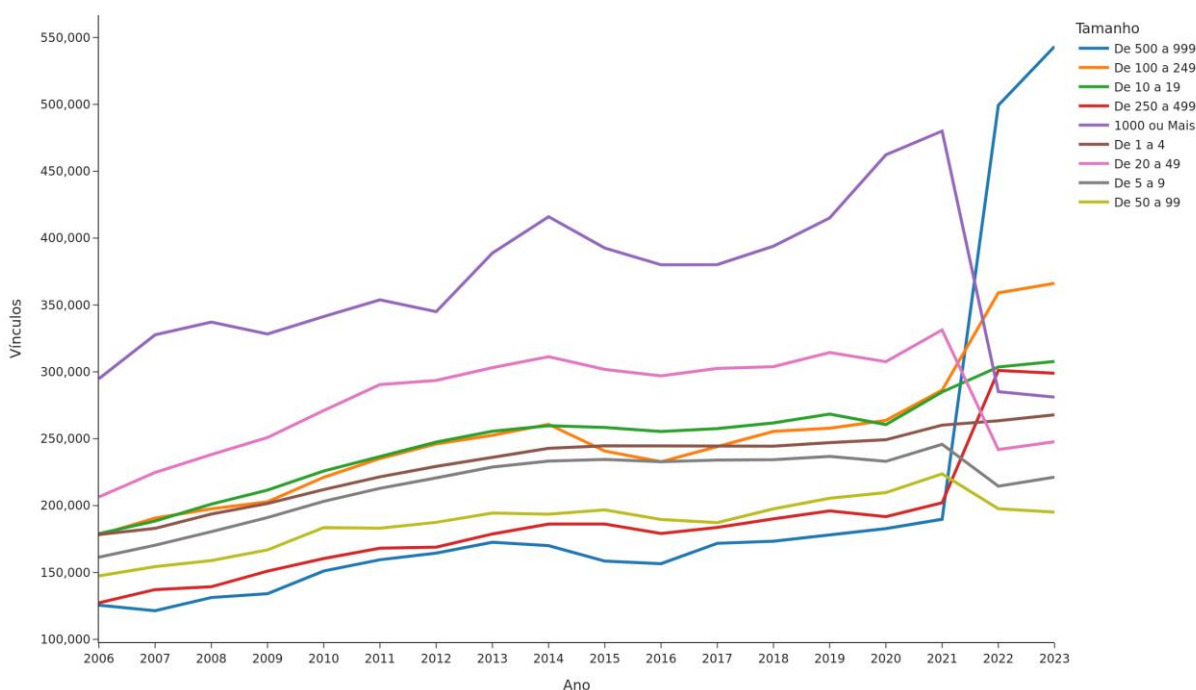
*Fonte: RAIS/CAGED. Elaboração própria.*

Esse comportamento permite inferir que o emprego formal no estado passou a se concentrar, de forma crescente, em trabalhadores com maior escolarização, especialmente aqueles com ensino médio completo e, em menor medida, formação superior. Trata-se de uma transformação relevante, pois indica não apenas aumento

quantitativo dos vínculos, mas também reconfiguração do perfil da força de trabalho ocupada formalmente. Para esta monografia, esse aspecto é particularmente importante porque servirá de referência para avaliar se Paulo Lopes acompanha a tendência estadual de elevação da escolaridade ou se apresenta padrão distinto.

A distribuição dos vínculos por tamanho de estabelecimento acrescenta outra dimensão importante à análise do mercado de trabalho catarinense. O gráfico indica participação relevante de diferentes portes empresariais, evidenciando uma estrutura mais distribuída entre faixas de tamanho, embora os estabelecimentos maiores e intermediários tenham papel central na absorção dos vínculos. Também se observa forte crescimento recente em determinadas categorias de porte, o que sugere reacomodação da estrutura empresarial do emprego formal nos anos finais da série.

**Figura 11 – Santa Catarina: vínculos por tamanho do estabelecimento, 2006–2023**



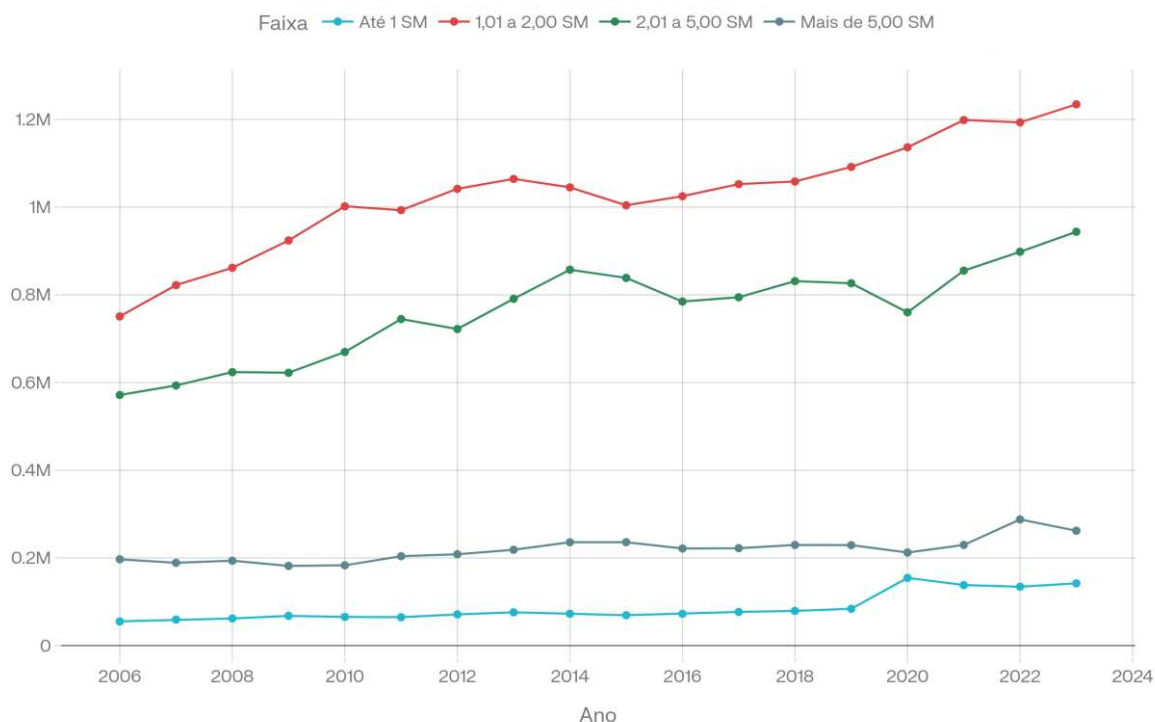
*Fonte: RAIS/CAGED. Elaboração própria.*

A distribuição dos vínculos formais por faixa de remuneração média em Santa Catarina reforça a importância de incluir a dimensão salarial na análise do mercado

de trabalho estadual. Assim como ocorre no Brasil, a maior parte dos vínculos concentra-se nas faixas intermediárias de remuneração, especialmente entre 1,01 e 2,00 salários mínimos, o que indica que a expansão do emprego formal no estado se deu, em grande medida, em ocupações de remuneração baixa a intermediária. Em seguida, aparecem as faixas entre 2,01 e 5,00 salários mínimos, enquanto os vínculos com remuneração acima de 5 salários mínimos permanecem em patamar menor, ainda que relevantes em termos absolutos.

O comportamento da série mostra que, ao longo do período, o mercado formal catarinense manteve uma estrutura salarial relativamente concentrada, com crescimento do estoque de vínculos sem que isso implicasse, automaticamente, uma elevação proporcional dos níveis remuneratórios. Sob a ótica do ODS 8, esse dado é relevante porque evidencia que o dinamismo do emprego no estado não pode ser avaliado apenas pela quantidade de vínculos, mas também pela qualidade da inserção ocupacional e pelo padrão de remuneração associado aos postos de trabalho. Assim, Santa Catarina apresenta um mercado formal mais robusto do que a média nacional, mas ainda marcado por forte presença de vínculos em faixas salariais moderadas, o que reforça a necessidade de interpretar o crescimento do emprego em conjunto com sua capacidade de gerar trabalho decente.

**Figura 12 – Santa Catarina: vínculos formais por faixa de remuneração média (em salários mínimos), 2006–2023**



*Fonte: RAIS/CAGED. Elaboração própria.*

Em termos gerais, a análise do mercado de trabalho formal de Santa Catarina entre 2006 e 2023 revela um padrão de dinamismo acima da média nacional, sustentado por expansão consistente dos vínculos, diversificação setorial e maior capacidade de recomposição diante de períodos de crise. A trajetória do emprego formal no estado mostra não apenas crescimento do estoque de vínculos ao longo do tempo, mas também uma estrutura produtiva relativamente mais robusta, na qual serviços, indústria de transformação, comércio e administração pública desempenham papéis centrais na geração de ocupações. Esse comportamento ajuda a explicar por que Santa Catarina costuma apresentar indicadores laborais mais favoráveis do que o conjunto do país, embora isso não elimine assimetrias internas nem garanta, por si só, a qualidade das ocupações geradas.

Quando se incorpora a dimensão da remuneração, a leitura torna-se ainda mais precisa. A concentração dos vínculos nas faixas intermediárias de salário, especialmente entre 1,01 e 2,00 salários mínimos, indica que a expansão do mercado formal catarinense ocorreu, em larga medida, com forte presença de postos de trabalho de remuneração moderada, o que limita a interpretação do crescimento apenas como sinal de melhora substancial das condições de vida. Assim, o estado

evidencia uma combinação importante: por um lado, apresenta maior formalização, maior densidade ocupacional e maior diversificação econômica; por outro, ainda mantém uma estrutura salarial concentrada em patamares médios e relativamente baixos, o que mostra que o avanço do emprego não se converte automaticamente em trabalho decente em sentido pleno.

Sob a ótica do ODS 8, essa constatação é especialmente relevante porque reforça que desenvolvimento e emprego não podem ser medidos apenas em termos de quantidade de vínculos, mas também pela qualidade da inserção ocupacional, pelo nível de remuneração e pela capacidade de o mercado de trabalho assegurar trajetórias mais estáveis e inclusivas. Santa Catarina se destaca como referência intermediária entre o Brasil e Paulo Lopes justamente por combinar dinamismo econômico, estrutura produtiva mais diversificada e maior capacidade de formalização, mas ainda assim reproduzir limites importantes na distribuição dos rendimentos e na valorização do trabalho. Em outras palavras, o estado se aproxima mais do ideal de trabalho decente do que o cenário nacional agregado, porém ainda não elimina os desafios associados à remuneração, à desigualdade e à qualidade dos postos de trabalho.

Dessa forma, Santa Catarina não deve ser lida apenas como um caso de sucesso em geração de vínculos, mas como um território que evidencia tanto avanços quanto contradições do mercado de trabalho brasileiro. Essa ambivalência é justamente o que torna o recorte estadual tão importante para esta monografia: ele permite comparar o padrão nacional com a realidade municipal de Paulo Lopes e verificar em que medida a dinâmica local herda a robustez catarinense ou, ao contrário, reproduz suas limitações em escala ainda mais restrita.

## **4 ANÁLISE DO EMPREGO NO MUNICÍPIO DE PAULO LOPES (SC)**

### **4.1 CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA E SOCIOECONÔMICA DO MUNICÍPIO**

O processo de ocupação do território que atualmente corresponde ao município de Paulo Lopes insere-se no contexto mais amplo da colonização açoriana no litoral catarinense, intensificada a partir do final do século XVII e consolidada ao longo do século XVIII. A chegada de famílias de origem açoriana, entre elas aquelas associadas ao coronel da força militar portuguesa Paulo Lopes Falcão, marcou o início de uma ocupação mais permanente da região. Os primeiros núcleos de povoamento foram estabelecidos nas proximidades dos rios locais, onde se ergueram habitações rudimentares em pau-a-pique, cobertas com palha, evidenciando as limitações materiais do período e as condições concretas de fixação da população. Esse movimento de ocupação contou com a participação de populações indígenas locais e, posteriormente, com a utilização da mão de obra de africanos escravizados, o que revela que a formação histórica do município esteve vinculada às dinâmicas mais amplas de colonização, exploração do trabalho e apropriação da terra no Brasil colonial. Nesse contexto, a base econômica local era essencialmente voltada à agricultura de subsistência, com destaque para a produção de farinha de mandioca e para o cultivo de milho, atividades que desempenharam papel central na organização da vida material das primeiras famílias estabelecidas na região (PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES, s.d.).

Com o avanço do processo colonizador, novas levas populacionais, sobretudo oriundas da região de São Paulo, passaram a ocupar o território, contribuindo para o adensamento demográfico e para a ampliação da dinâmica produtiva local. A distribuição das terras por meio do regime de sesmarias favoreceu a constituição de estruturas fundiárias concentradas, característica que deixou marcas duradouras sobre a organização espacial e econômica do município. Tal configuração fundiária influenciou a formação de propriedades dispersas e de baixa densidade ocupacional, condição que, ao longo do tempo, limitou a diversificação produtiva e condicionou o padrão de desenvolvimento local. Além disso, a construção da estrada que ligava Palhoça a Laguna, posteriormente substituída pela BR-101, exerceu papel decisivo na integração do território aos fluxos regionais de circulação de pessoas, mercadorias

e serviços, ampliando sua articulação com outros centros urbanos e reforçando sua inserção na economia catarinense (PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES, s.d.).

A trajetória administrativa de Paulo Lopes também contribui para a compreensão de sua consolidação como unidade territorial e política. Originalmente denominada Olaria, em referência à existência de diversas olarias dedicadas à produção de tijolos e telhas, a localidade passou por importantes alterações em sua organização institucional ao longo do tempo. Em 1890, foi elevada à condição de freguesia e passou a adotar o nome Paulo Lopes, em homenagem ao seu principal colonizador. Posteriormente, em 20 de dezembro de 1961, foi elevada à categoria de município por meio da Lei Estadual nº 798, processo que representou não apenas uma mudança administrativa, mas também a afirmação de uma identidade territorial própria, vinculada à sua formação histórica, à ocupação do espaço e às transformações sociais e econômicas ocorridas ao longo de sua trajetória (PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES, s.d.).

Do ponto de vista demográfico, Paulo Lopes apresenta características típicas de municípios de pequeno porte situados no litoral catarinense. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a população estimada do município era de 9.056 habitantes em 2022, com densidade demográfica de 20,31 habitantes por km<sup>2</sup>. Esses indicadores revelam uma ocupação territorial relativamente dispersa, com presença significativa de áreas rurais e reduzido adensamento urbano. Em municípios com esse perfil, a dinâmica populacional costuma estar associada a padrões específicos de mobilidade, acesso a serviços públicos e organização do mercado de trabalho, o que torna particularmente relevante a análise das condições de emprego e renda no território. A baixa densidade demográfica, somada à extensão territorial e à distribuição espacial da população, tende a influenciar a oferta de infraestrutura, a acessibilidade aos equipamentos públicos e a própria estrutura de oportunidades econômicas disponíveis à população residente (IBGE, 2022).

No plano econômico, Paulo Lopes apresentou Produto Interno Bruto de aproximadamente R\$ 96,9 milhões e PIB per capita de R\$ 46.098,97 em 2023. À primeira vista, esse resultado pode sugerir um nível relativamente elevado de produção por habitante; no entanto, é necessário cautela na interpretação desse indicador, uma vez que o PIB per capita não expressa, necessariamente, a

distribuição da renda entre os moradores nem a qualidade efetiva das condições de vida da população. Em municípios de pequeno porte, como é o caso de Paulo Lopes, é possível que coexistam níveis aparentemente satisfatórios de produção agregada com situações de vulnerabilidade socioeconômica, precariedade ocupacional e desigualdade interna. Desse modo, a análise econômica do município não deve se limitar à leitura de médias estatísticas, mas considerar também a estrutura distributiva e as condições concretas de inserção da população no mercado de trabalho (IBGE, 2023).

A estrutura produtiva do município é marcada pela predominância do setor de serviços, seguida das atividades agropecuárias e, em menor escala, da indústria. Essa configuração está diretamente relacionada à sua dimensão territorial, ao perfil demográfico e à sua inserção regional, especialmente em razão da proximidade com Florianópolis e do acesso facilitado pela BR-101. Tais condições favorecem a integração econômica do município com a região da Grande Florianópolis e com o litoral sul catarinense, ampliando a circulação de trabalhadores, consumidores e mercadorias. O setor de serviços concentra ocupações ligadas ao comércio, transporte, administração pública, turismo e atividades de apoio, enquanto a agropecuária permanece relevante em áreas de maior dispersão populacional e uso extensivo da terra. Já a indústria aparece de forma mais restrita, geralmente vinculada a atividades de menor escala e menor grau de complexidade produtiva, o que reforça a dependência do município em relação a setores de baixa diversificação econômica (IBGE, 2022).

No que se refere ao mercado de trabalho, observa-se que aproximadamente 21,1% da população encontra-se ocupada formalmente, com remuneração média de cerca de 2,1 salários mínimos. Ademais, cerca de 30,6% da população possui rendimento mensal de até meio salário mínimo, o que evidencia a permanência de vulnerabilidades socioeconômicas relevantes. Esses dados indicam que, embora o município apresente alguma capacidade de inserção formal no mercado de trabalho, a qualidade da ocupação ainda se mostra limitada, seja em razão dos baixos níveis remuneratórios, seja em virtude da reduzida diversificação das atividades econômicas disponíveis. Em contextos municipais de pequena escala, essa realidade pode refletir a dependência de setores com menor valor agregado, a sazonalidade de

determinadas atividades e a existência de barreiras estruturais à geração de empregos mais estáveis e bem remunerados (IBGE, 2022).

A dimensão educacional constitui outro elemento fundamental para a compreensão da realidade socioeconômica de Paulo Lopes. A taxa de escolarização da população entre 6 e 14 anos é de aproximadamente 98%, o que indica quase universalização do acesso à educação básica nessa faixa etária. Entretanto, os indicadores de desempenho escolar revelam desafios importantes na continuidade e na qualidade do processo educacional, uma vez que o IDEB alcançou 6,1 nos anos iniciais do ensino fundamental e 4,3 nos anos finais. Essa diferença sugere que, embora o acesso à escola esteja amplamente garantido, persistem obstáculos relacionados à aprendizagem, à permanência dos estudantes e à progressão escolar em etapas mais avançadas. Em termos de desenvolvimento local, a educação desempenha papel estratégico, pois influencia a qualificação da força de trabalho, a ampliação das oportunidades de inserção ocupacional e o fortalecimento do capital humano do município (IBGE, 2022).

Além dos aspectos demográficos, econômicos e educacionais, Paulo Lopes apresenta importantes potencialidades ambientais e territoriais. O município conta com recursos naturais expressivos, como disponibilidade hídrica, áreas de preservação ambiental e proximidade com o litoral, elementos que podem favorecer o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis, especialmente no setor turístico. Tais características conferem ao território vantagens comparativas relevantes, sobretudo em um cenário no qual a agenda do desenvolvimento sustentável ganha centralidade nas políticas públicas e nas estratégias de planejamento territorial. Todavia, a exploração dessas potencialidades depende de investimentos em infraestrutura, organização institucional e formulação de políticas capazes de conciliar preservação ambiental, geração de renda e criação de oportunidades de trabalho para a população local. Assim, os recursos naturais não devem ser compreendidos apenas como patrimônio ambiental, mas também como ativos estratégicos para a construção de um modelo de desenvolvimento mais equilibrado e inclusivo (PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES, s.d.).

Dessa forma, a caracterização histórica e socioeconômica de Paulo Lopes evidencia um município cuja formação esteve profundamente vinculada ao processo de colonização açoriana, à ocupação inicial baseada na agricultura de subsistência e

à consolidação de estruturas fundiárias concentradas. Ao mesmo tempo, sua realidade atual revela os limites típicos de pequenas economias locais, como reduzida diversificação produtiva, restrições na geração de empregos de maior qualidade e vulnerabilidades na distribuição da renda. Em contrapartida, a localização estratégica, a inserção regional e os atributos ambientais do território indicam potencialidades que podem ser exploradas em direção a um desenvolvimento mais sustentável. Esses elementos são fundamentais para a análise da evolução do emprego no município e para a discussão de sua relação com os princípios da Agenda 2030, em especial com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 8, que trata do trabalho decente e do crescimento econômico (IBGE, 2022; PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES, s.d.).

#### 4.2 EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE EMPREGO (2006–2023)

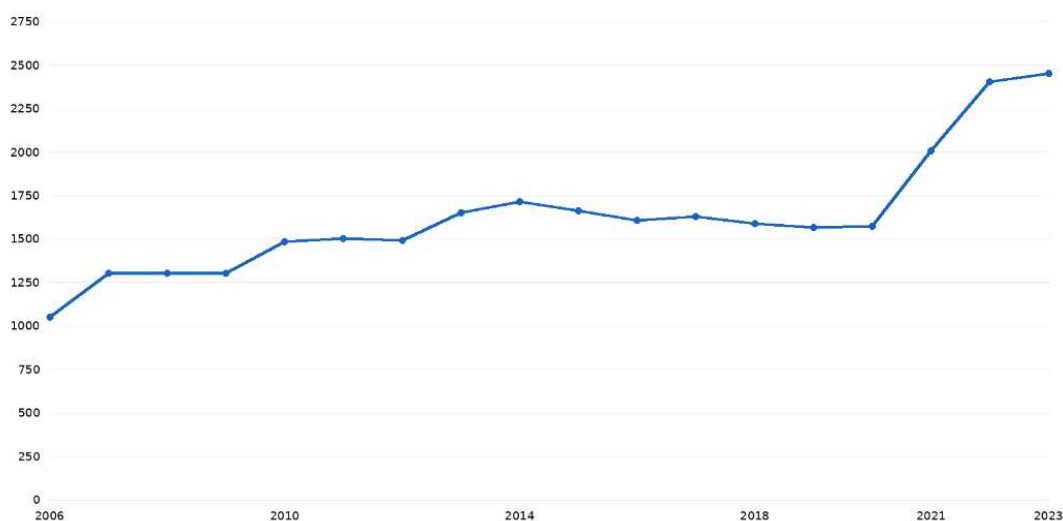
A análise da evolução dos indicadores de emprego em Paulo Lopes, no período de 2006 a 2023, exige uma abordagem que articule quantidade de vínculos, perfil da força de trabalho e estrutura setorial da economia local. Conforme discutido no capítulo teórico, o estudo do mercado de trabalho não pode se limitar à observação do número absoluto de postos formais, uma vez que a compreensão da dinâmica ocupacional depende também da análise de variáveis como escolaridade, distribuição por sexo, composição setorial e características dos estabelecimentos empregadores. Nessa perspectiva, a leitura da série histórica do município permite identificar tendências de expansão, momentos de relativa estabilidade e mudanças na estrutura do emprego formal, em consonância com a literatura que enfatiza a importância da análise temporal para a compreensão de transformações econômicas e sociais.

No caso de Paulo Lopes, observa-se expansão significativa do estoque de vínculos formais ao longo da série. Em 2006, o município registrava 1.053 vínculos ativos, ao passo que, em 2023, esse total atingiu 2.465 vínculos, o que evidencia crescimento expressivo da formalização do emprego no período analisado. Esse resultado sugere fortalecimento da capacidade local de absorção de mão de obra formal, ainda que tal movimento não tenha ocorrido de forma linear, mas por meio de ciclos distintos de crescimento e acomodação. Do ponto de vista analítico, essa trajetória confirma que os mercados de trabalho em escala municipal também

respondem a mudanças conjunturais mais amplas, mas o fazem de maneira mediada por suas estruturas produtivas específicas, por seu porte demográfico e por sua inserção regional.

A leitura da série permite identificar, pelo menos, três momentos principais. O primeiro corresponde ao período de expansão inicial, entre 2006 e 2014, quando o número de vínculos formais passou de 1.053 para 1.716. O segundo abrange os anos de 2015 a 2020, marcados por relativa estabilidade e por pequenas oscilações, com valores entre 1.567 e 1.663 vínculos, o que sugere menor dinamismo do mercado formal local em um contexto de desaceleração econômica mais ampla. O terceiro momento corresponde à retomada recente, especialmente entre 2021 e 2023, quando o município salta de 2.007 para 2.465 vínculos formais, alcançando o maior patamar de toda a série. À luz de Prodanov e Freitas, esse tipo de análise longitudinal é relevante porque permite captar não apenas variações pontuais, mas transformações mais duradouras no comportamento do fenômeno estudado.

**Figura 13 – Paulo Lopes: evolução dos vínculos formais, 2006–2023**



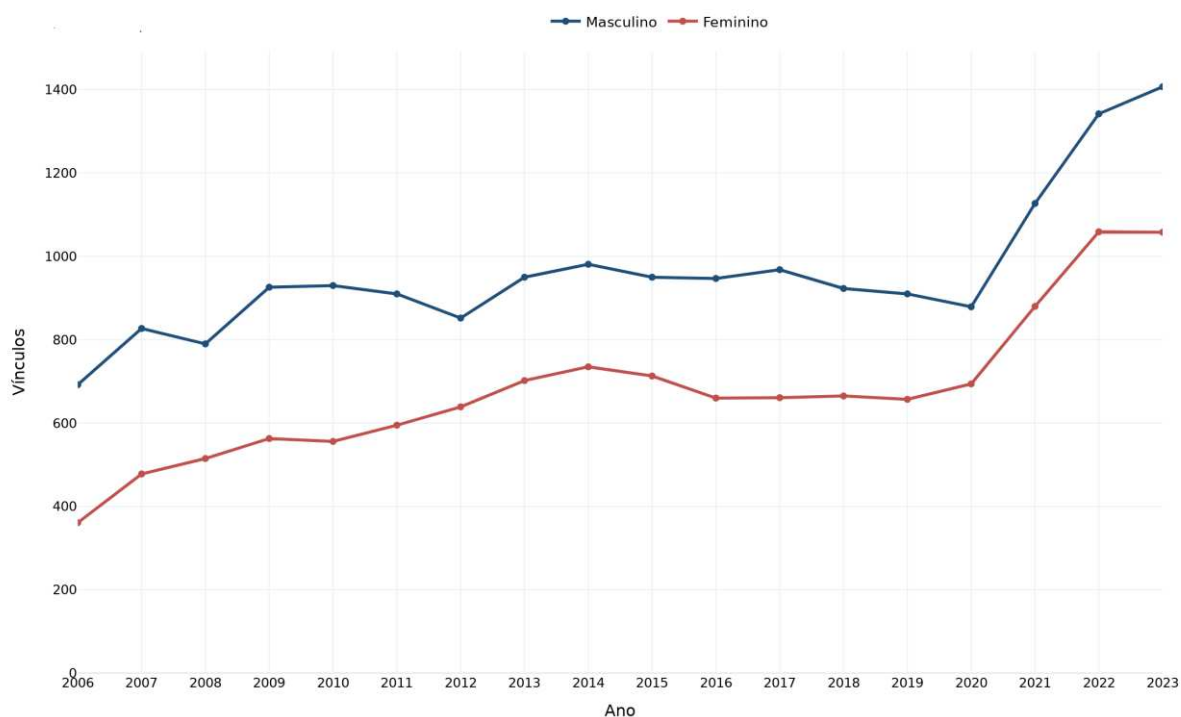
*Fonte: RAIS/CAGED. Elaboração própria.*

A distribuição dos vínculos por sexo revela que a expansão do emprego formal foi acompanhada por crescimento da participação feminina, embora a predominância masculina tenha permanecido ao longo de toda a série. Em 2006, os homens

somavam 692 vínculos, enquanto as mulheres totalizavam 361. Em 2023, esses números chegaram a 1.407 e 1.058, respectivamente. Em termos analíticos, esses dados indicam que houve ampliação da inserção feminina no mercado formal local, mas não superação da desigualdade de gênero na composição ocupacional. Essa constatação é relevante porque o debate sobre trabalho decente, conforme destacado pela OIT e incorporado ao ODS 8, pressupõe não apenas expansão quantitativa do emprego, mas também ampliação equitativa do acesso às oportunidades produtivas.

A permanência da predominância masculina sugere que a estrutura ocupacional local ainda reproduz assimetrias na distribuição das oportunidades de trabalho. Ainda que as mulheres tenham ampliado sua presença no emprego formal, a diferença entre os dois grupos permanece expressiva, o que indica que o crescimento do mercado local não foi suficiente para eliminar desigualdades históricas de inserção laboral. Dessa forma, o indicador de sexo contribui para qualificar a análise do emprego, mostrando que a evolução positiva do número total de vínculos não implica, automaticamente, igualdade na distribuição das oportunidades.

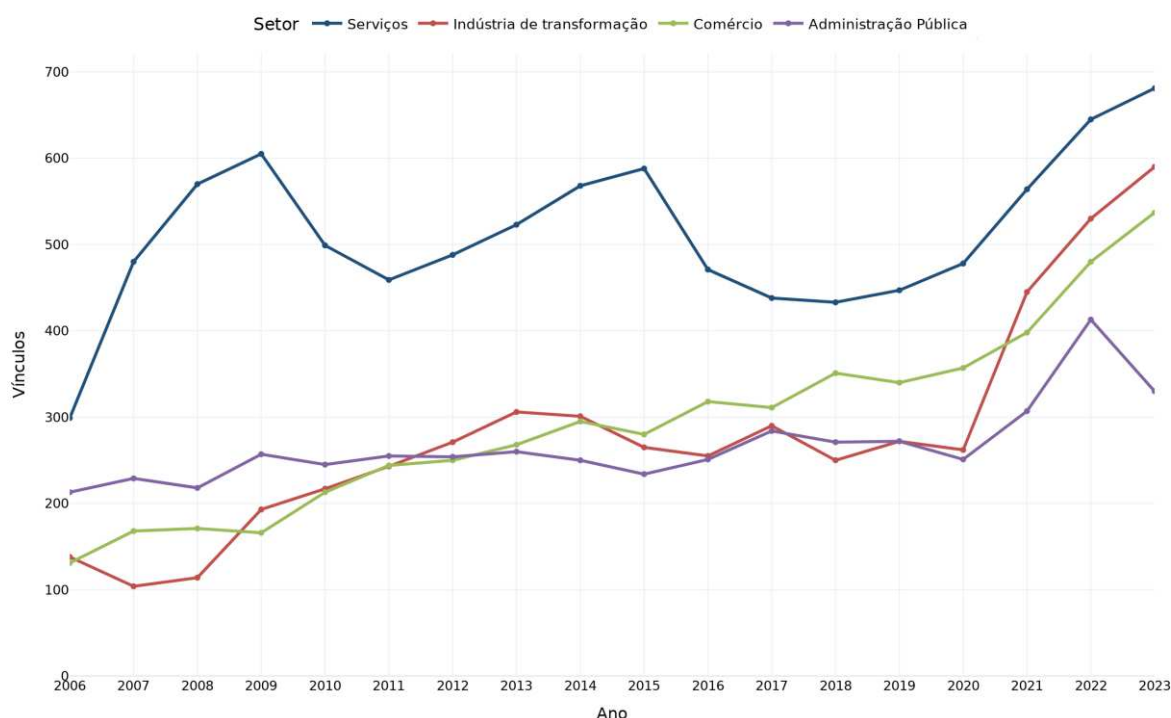
**Figura 14 – Paulo Lopes: vínculos formais por gênero, 2006–2023**



*Fonte: RAIS/CAGED. Elaboração própria.*

A composição setorial dos vínculos formais permite aprofundar a compreensão da estrutura produtiva que sustenta essa trajetória de crescimento. Em 2006, os principais setores empregadores eram serviços, com 299 vínculos, administração pública, com 213, construção civil, com 193, indústria de transformação, com 138, e comércio, com 131. Em 2023, os maiores estoques de vínculos concentravam-se em serviços, com 681 postos, indústria de transformação, com 590, comércio, com 537, e administração pública, com 330. Esses dados demonstram que a expansão do emprego formal esteve fortemente associada ao dinamismo do setor terciário, mas também ao avanço da indústria de transformação e do comércio.

Sob o ponto de vista teórico, a análise setorial é importante porque revela o grau de diversificação econômica do território e as bases concretas sobre as quais o emprego é gerado. Como indicado no capítulo 3, economias locais mais concentradas em poucos ramos tendem a apresentar maior vulnerabilidade a oscilações conjunturais, enquanto estruturas mais diversificadas podem oferecer maior capacidade de absorção da força de trabalho. No caso de Paulo Lopes, a centralidade dos serviços, da indústria e do comércio sugere relativa ampliação da base ocupacional, mas ainda dentro de um padrão de concentração setorial em alguns segmentos dominantes. Em outras palavras, o município ampliou o estoque de vínculos formais, porém ainda não apresenta diversificação suficientemente ampla para afastar limites estruturais de sua economia local.

**Figura 15 – Paulo Lopes: principais setores do emprego formal, 2006–2023**

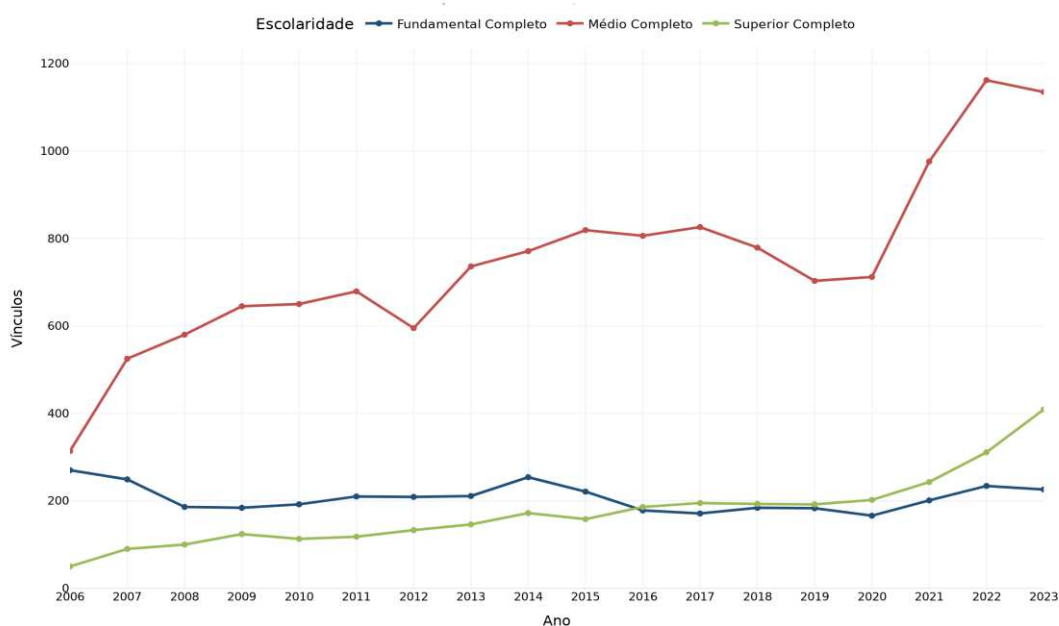
*Fonte: RAIS/CAGED. Elaboração própria.*

Outro indicador fundamental para a análise da qualidade do emprego é a escolaridade dos trabalhadores formais. Em 2006, predominavam vínculos associados ao ensino médio completo, com 314 registros, seguidos do ensino fundamental completo, com 270. Em 2023, o ensino médio completo alcançou 1.135 vínculos e o ensino superior completo chegou a 409. Esses números indicam mudança relevante no perfil educacional da força de trabalho formal do município, com aumento expressivo dos trabalhadores situados em níveis mais elevados de escolarização.

Essa transformação pode ser interpretada como sinal de maior exigência de qualificação em parte das ocupações geradas ao longo do período. Conforme a literatura sobre mercado de trabalho ressalta, a escolaridade influencia diretamente as condições de inserção ocupacional, o acesso a empregos formais e as possibilidades de mobilidade socioeconômica. Assim, o crescimento dos vínculos entre trabalhadores com ensino médio completo e superior completo sugere que a estrutura ocupacional local passou a demandar competências mais compatíveis com

atividades de maior complexidade relativa, ainda que isso não signifique, por si só, superação de problemas como baixos rendimentos ou segmentação do mercado de trabalho.

**Figura 16 – Paulo Lopes: escolaridade dos vínculos formais, 2006– 2023**



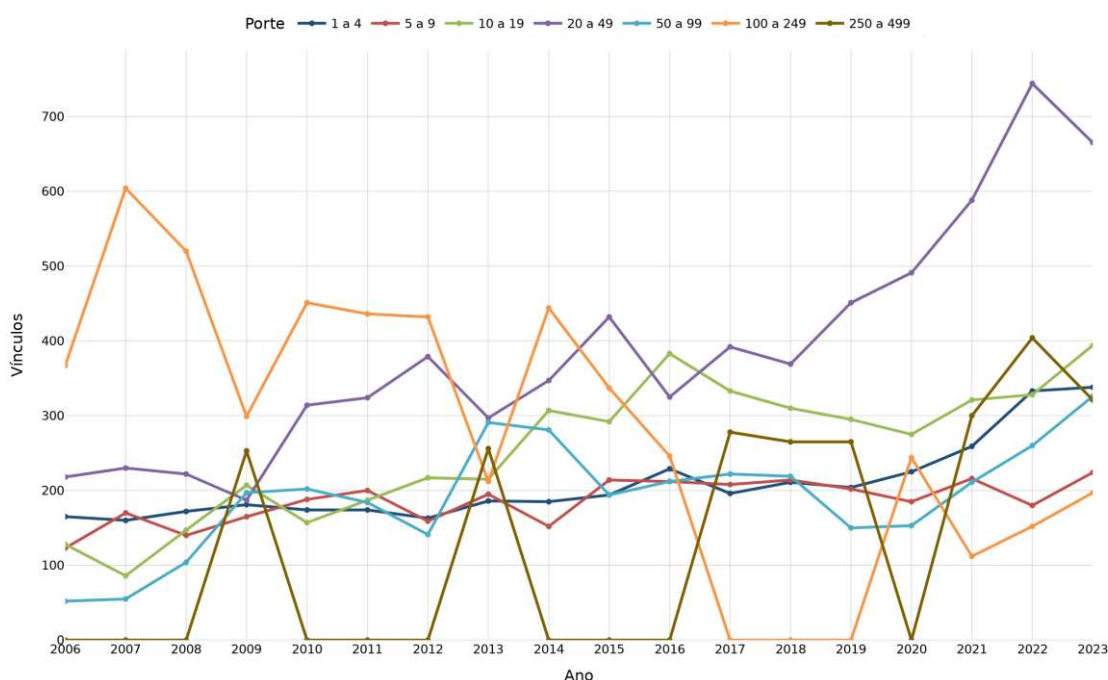
*Fonte: RAIS/CAGED. Elaboração própria.*

A distribuição dos vínculos por tamanho de estabelecimento também fornece elementos relevantes para a análise. Em 2021, a maior concentração de vínculos encontrava-se em estabelecimentos com 20 a 49 empregados, com 588 postos, seguidos pelos de 10 a 19 empregados, com 321, e pelos de 250 a 499 empregados, com 300. Em 2023, a faixa de 20 a 49 empregados permaneceu na liderança, com 665 vínculos, seguida pelos estabelecimentos de 10 a 19 empregados, com 394, e pelos de 50 a 99 empregados, com 326. Esse padrão evidencia que o dinamismo do emprego formal local está fortemente apoiado em empreendimentos de pequeno e médio porte.

Do ponto de vista analítico, essa característica é coerente com economias municipais de menor escala, nas quais a estrutura produtiva tende a se organizar de forma menos concentrada em grandes plantas industriais e mais apoiada em redes

empresariais de menor dimensão. Isso não significa ausência de dinamismo, mas indica que a expansão do emprego depende de uma base produtiva relativamente fragmentada, cuja capacidade de crescimento pode estar mais sujeita a limitações estruturais de mercado, crédito, qualificação e escala.

**Figura 17 – Paulo Lopes: vínculos por tamanho de estabelecimento, 2006–2023**

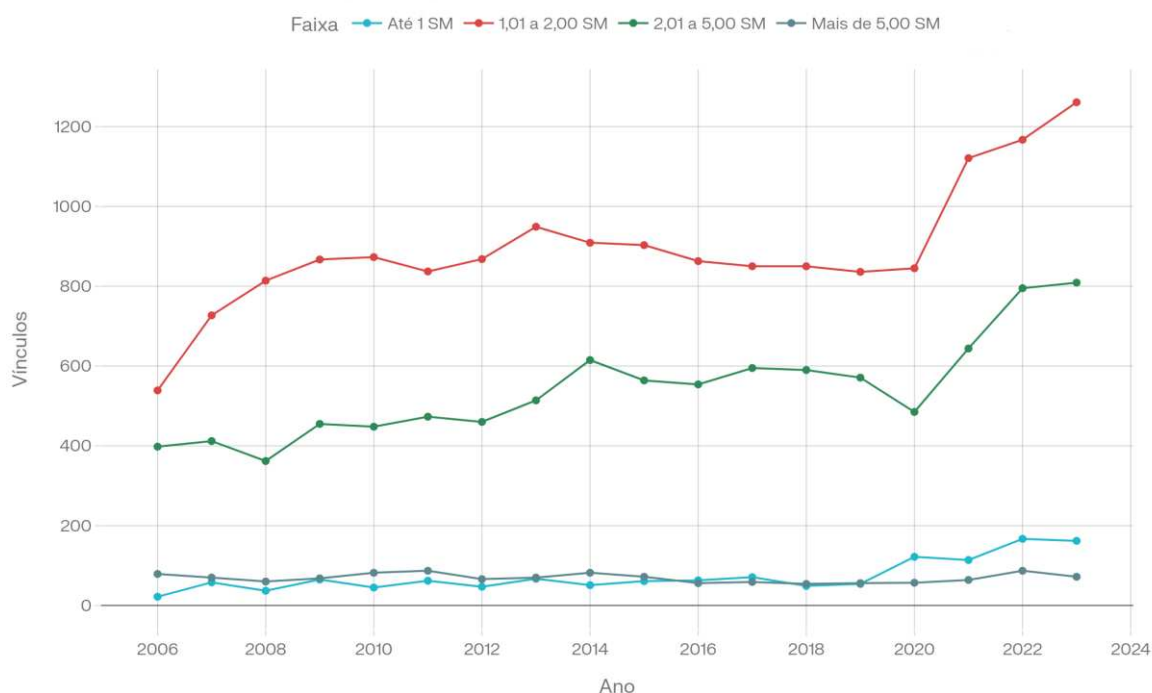


*Fonte: RAIS/CAGED. Elaboração própria.*

A análise da distribuição dos vínculos formais por faixa de remuneração média em Paulo Lopes acrescenta um elemento decisivo para avaliar a qualidade do emprego no município. A figura mostra que, ao longo de toda a série, a maior parte dos vínculos se concentrou nas faixas de 1,01 a 2,00 salários mínimos e de 2,01 a 5,00 salários mínimos, o que indica que a estrutura remuneratória local se manteve predominantemente em patamares baixos e intermediários. Ao mesmo tempo, as faixas superiores a 5 salários mínimos apresentaram volume bastante reduzido, evidenciando uma base ocupacional marcada por limitação salarial e por menor presença de postos de maior qualificação remuneratória.

Esse padrão é relevante porque mostra que o crescimento dos vínculos formais no município não foi acompanhado, de forma homogênea, por uma elevação expressiva da remuneração média. Em termos analíticos, isso sugere que Paulo Lopes avançou na formalização do emprego, mas ainda dentro de uma estrutura produtiva que concentra boa parte das ocupações em faixas salariais modestas, o que limita a capacidade do mercado de trabalho local de produzir inclusão econômica mais robusta. Sob a ótica do ODS 8, a leitura é clara: não basta aumentar o número de vínculos formais, é necessário que a expansão do emprego venha acompanhada de maior valorização salarial, o que ainda se mostra um desafio importante no caso municipal.

**Figura 18 – Paulo Lopes: vínculos formais por faixa de remuneração média (em salários mínimos), 2006–2023**



*Fonte: RAIS/CAGED. Elaboração própria.*

Em síntese, a evolução do emprego formal em Paulo Lopes entre 2006 e 2023 revela uma trajetória de crescimento, mas também de forte concentração estrutural, tanto em termos setoriais quanto remuneratórios. A ampliação do número de vínculos, a presença predominante de setores de menor densidade produtiva e a concentração

dos rendimentos em faixas intermediárias e baixas mostram que o município avançou na formalização, porém sem alcançar um padrão de diversificação ocupacional e salarial comparável aos centros mais dinâmicos do estado. Isso significa que o mercado de trabalho local, embora tenha apresentado evolução positiva ao longo do período analisado, ainda opera sob limitações típicas de economias municipais de pequeno porte, nas quais a criação de empregos depende fortemente de poucos segmentos e de uma base empresarial restrita.

À luz do ODS 8, os dados indicam que Paulo Lopes apresenta progresso relevante na direção do trabalho formal, mas esse avanço permanece incompleto quando observado pela perspectiva da qualidade do emprego. A predominância de faixas salariais baixas e intermediárias mostra que a formalização, por si só, não assegura trabalho decente em sentido pleno, especialmente quando não vem acompanhada de maior diversificação econômica, maior produtividade e ampliação das oportunidades de remuneração mais elevada. Desse modo, o caso municipal evidencia a distância entre a expansão quantitativa dos vínculos e a consolidação de um mercado de trabalho mais inclusivo e valorizado, o que reforça a importância da comparação com Santa Catarina e com o Brasil para interpretar adequadamente a posição de Paulo Lopes na hierarquia regional do emprego.

#### 4.3 COMPARAÇÃO: MUNICÍPIO, ESTADO E BRASIL

A comparação entre Paulo Lopes, Santa Catarina e Brasil deve ser compreendida a partir de uma perspectiva multiescalar, uma vez que a dinâmica do mercado de trabalho é condicionada simultaneamente por fatores macroeconômicos, regionais e locais. Conforme assinalam Macedo e Porto (2021), a evolução do emprego formal no Brasil apresenta forte heterogeneidade territorial, refletindo diferenças na estrutura produtiva, na densidade urbana, na especialização setorial e na posição dos territórios na rede regional. Nessa perspectiva, a análise comparativa não se limita à identificação de semelhanças estatísticas entre os recortes territoriais, mas busca compreender como tendências gerais do mercado de trabalho se materializam de forma desigual em municípios de pequeno porte, estados mais dinâmicos e no conjunto nacional.

No plano metodológico, a comparação realizada neste estudo baseia-se na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), base administrativa de abrangência nacional que reúne informações sobre os vínculos formais de trabalho declarados pelos estabelecimentos. Segundo a documentação metodológica da própria RAIS, trata-se de uma fonte particularmente adequada para o acompanhamento e a caracterização do mercado de trabalho formal, permitindo recortes por setor, escolaridade, sexo, tamanho do estabelecimento e remuneração, com referência aos vínculos ativos em 31 de dezembro de cada ano. Assim, a escolha dessa base se justifica pela necessidade de construir indicadores comparáveis nas escalas nacional, estadual e municipal, evitando distorções decorrentes do uso de fontes com cobertura territorial desigual.

A primeira dimensão comparativa refere-se ao volume de vínculos formais e à trajetória de expansão do emprego no longo prazo. Entre 2006 e 2023, o Brasil ampliou o número de vínculos formais de 35.155.249 para 55.818.007. Em Santa Catarina, o total passou de 1.598.454 para 2.749.816 vínculos. Em Paulo Lopes, por sua vez, o estoque evoluiu de 1.053 para 2.465 vínculos formais. Em termos absolutos, a diferença entre as escalas é evidente, mas, do ponto de vista analítico, importa observar que os três recortes apresentaram crescimento no longo prazo, o que sugere inserção do município em um movimento mais amplo de formalização do trabalho. Todavia, como destaca a literatura sobre mercado de trabalho regional, a expansão quantitativa do emprego em territórios menores não significa, necessariamente, maior robustez estrutural, pois economias locais menos diversificadas tendem a ser mais vulneráveis a oscilações setoriais e conjunturais (MACEDO; PORTO, 2021).

A comparação setorial reforça essa interpretação. Estudos do Ipea argumentam que a evolução regional do mercado de trabalho brasileiro é fortemente influenciada pela especialização produtiva dos territórios, de modo que regiões e municípios com maior diversificação tendem a apresentar maior capacidade de absorção ocupacional e maior resiliência diante de crises. No caso de Santa Catarina, a estrutura do emprego formal é historicamente apoiada em serviços, comércio e indústria de transformação, o que confere ao estado uma base econômica relativamente mais diversificada e dinâmica. Já Paulo Lopes, conforme a caracterização socioeconômica apresentada no capítulo anterior, possui estrutura

produtiva mais restrita, com predominância de serviços, presença relevante de atividades de menor densidade econômica e menor participação de segmentos industriais mais complexos. Isso significa que, embora o município acompanhe o movimento geral de expansão do emprego formal, sua base econômica local oferece menor variedade de ocupações e menor capacidade de internalizar atividades de maior produtividade, o que ajuda a explicar sua posição subordinada na comparação com o estado e com o país.

A composição dos vínculos por remuneração constitui outra dimensão central da comparação. Em 2023, no Brasil, a maior concentração de vínculos formais estava na faixa entre 1,01 e 2,00 salários mínimos, com 25.271.891 vínculos, seguida pela faixa entre 2,01 e 5,00 salários mínimos, com 15.766.646. Em Santa Catarina, as mesmas faixas reuniam 1.234.277 e 943.831 vínculos, respectivamente. Em Paulo Lopes, o padrão foi semelhante, com 1.261 vínculos entre 1,01 e 2,00 salários mínimos e 809 entre 2,01 e 5,00 salários mínimos. Esse comportamento evidencia que, nas três escalas, a formalização do emprego se concentra majoritariamente em faixas salariais baixas e intermediárias. Contudo, a presença relativamente menor de vínculos nas faixas superiores em Paulo Lopes sugere que o município apresenta menor capacidade de gerar postos de trabalho com maior valorização salarial, o que é coerente com sua estrutura produtiva menos diversificada e com a limitada presença de setores de maior complexidade econômica.

Essa leitura é compatível com o conceito de trabalho decente adotado pela Organização Internacional do Trabalho. O trabalho decente é definido como a promoção de oportunidades de emprego com direitos, proteção social, rendimentos adequados e condições de dignidade, o que implica compreender o mercado de trabalho para além do simples número de vínculos existentes (OIT, 2013). Nessa perspectiva, a ampliação do emprego formal em Paulo Lopes representa um avanço relevante, mas não esgota a análise sobre a qualidade da inserção ocupacional. Quando se observa a distribuição salarial e a estrutura econômica do município, percebe-se que a formalização ocorreu majoritariamente em ocupações situadas em faixas remuneratórias intermediárias e com menor presença de postos de alta remuneração, o que limita o alcance substantivo do trabalho decente no plano local.

A comparação com Santa Catarina exige atenção especial, pois o estado ocupa posição diferenciada no mercado de trabalho brasileiro. A literatura recente

destaca que Santa Catarina combina elevado dinamismo do emprego formal, forte presença industrial e elevada capacidade de geração de postos em serviços e comércio, características que contribuem para um desempenho sistematicamente superior ao da média nacional em diversos indicadores laborais. Isso não significa ausência de problemas estruturais, mas indica um ambiente econômico mais favorável à geração de empregos formais do que o verificado em boa parte do país. Paulo Lopes se insere nesse contexto estadual relativamente dinâmico, mas não absorve integralmente suas vantagens, justamente porque sua escala econômica, sua base empresarial e sua especialização produtiva impõem restrições mais severas à diversificação do emprego e à elevação da remuneração média.

Em relação ao Brasil, a situação de Paulo Lopes revela simultaneamente convergência e diferenciação. Há convergência na tendência de expansão da formalização e na concentração dos vínculos em estratos salariais mais baixos e intermediários, fenômeno também observado em escala nacional. Há diferenciação, porém, na capacidade de complexificação do mercado de trabalho. Enquanto o Brasil, mesmo com suas desigualdades regionais, abriga segmentos econômicos de alta produtividade e mercados urbanos capazes de gerar ocupações mais diversificadas, um município de pequeno porte como Paulo Lopes tende a reproduzir de forma mais intensa os limites estruturais da periferia econômica, com menor presença de atividades sofisticadas e maior dependência de circuitos regionais externos para dinamizar sua economia (MACEDO; PORTO, 2021). Desse modo, o município compartilha a direção geral do mercado de trabalho brasileiro, mas o faz em condições territoriais mais restritas e com menor capacidade de conversão do crescimento do emprego em melhoria qualitativa da estrutura ocupacional.

Sob a ótica da Agenda 2030, essa comparação ganha densidade analítica. O ODS 8 propõe promover crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, com emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos, o que implica considerar simultaneamente quantidade, qualidade e distribuição das oportunidades de trabalho (IPEA, 2019; IPEA, 2024). Aplicado ao caso desta monografia, isso significa que a avaliação de Paulo Lopes não pode ser reduzida ao aumento do número de vínculos formais. É necessário verificar se esse crescimento foi acompanhado por maior diversificação econômica, melhor perfil remuneratório e ampliação das condições concretas de inserção ocupacional qualificada. Os dados

mostram que houve avanço na formalização, mas persistem limitações importantes associadas à concentração setorial e salarial, indicando que o município se aproxima apenas parcialmente das diretrizes mais amplas do ODS 8.

Do ponto de vista técnico, a comparação realizada neste subcapítulo confirma que o desempenho de Paulo Lopes deve ser interpretado de forma relacional. O município não está fora da dinâmica de crescimento do emprego formal observada em Santa Catarina e no Brasil, mas participa dela em posição estruturalmente subordinada, condicionado por sua menor escala econômica, por sua base produtiva menos complexa e por sua reduzida capacidade de gerar empregos de maior remuneração. Em termos de hierarquia regional, isso significa que Paulo Lopes se beneficia do ambiente econômico catarinense, mas sem reproduzir integralmente o mesmo padrão de diversificação e valorização ocupacional presente em escalas territoriais mais amplas. Portanto, a comparação entre município, estado e país demonstra que os avanços locais em matéria de formalização são reais, mas também evidencia que o trabalho decente, entendido em sentido substantivo, permanece condicionado por limites estruturais que transcendem o nível municipal e se enraízam na própria configuração regional do desenvolvimento brasileiro.

#### 4.4 AVALIAÇÃO À LUZ DA AGENDA 2030 (ODS 8)

A avaliação do mercado de trabalho de Paulo Lopes à luz da Agenda 2030 exige compreender que o ODS 8 não se limita à expansão quantitativa do emprego, mas envolve uma concepção mais ampla de desenvolvimento, baseada no crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, articulado à promoção do emprego pleno, produtivo e do trabalho decente para todas e todos (IPEA, 2019; ONU, 2015). Nessa perspectiva, o desempenho do município deve ser interpretado não apenas pelo aumento do número de vínculos formais ao longo do período analisado, mas também pela qualidade da inserção ocupacional, pela estrutura remuneratória, pelo perfil setorial do emprego e pela capacidade local de gerar oportunidades de trabalho mais estáveis e valorizadas. Assim, a aplicação do ODS 8 ao caso de Paulo Lopes permite ultrapassar uma leitura meramente descritiva do mercado de trabalho e avançar para uma apreciação substantiva das condições efetivas de desenvolvimento local.

Conforme a formulação da Agenda Nacional de Trabalho Decente e os referenciais da Organização Internacional do Trabalho, o conceito de trabalho decente se apoia em pilares como a geração de empregos de qualidade, a garantia de direitos no trabalho, a proteção social e o diálogo social (OIT, 2006; OIT, 2013). Embora esta monografia não abarque todos esses eixos em sua totalidade, os indicadores selecionados — evolução dos vínculos formais, composição setorial, escolaridade, tamanho dos estabelecimentos e distribuição por faixas de remuneração — permitem captar dimensões centrais da qualidade do emprego e da estrutura ocupacional do município. Nesse sentido, o uso da RAIS como base empírica mostra-se adequado para avaliar o componente formal do mercado de trabalho, que constitui parte importante, ainda que não exaustiva, do universo do trabalho decente.

Os resultados da pesquisa mostram que Paulo Lopes apresentou crescimento do estoque de vínculos formais entre 2006 e 2023, passando de 1.053 para 2.465 vínculos. Esse avanço sinaliza fortalecimento relativo da formalização e indica que o município participou do movimento mais amplo de expansão do emprego formal verificado em Santa Catarina e no Brasil. À luz do ODS 8, esse resultado pode ser interpretado como um elemento positivo, pois revela ampliação das oportunidades de inserção no mercado de trabalho protegido por direitos trabalhistas e previdenciários. No entanto, como adverte o Ipea, o progresso em direção ao trabalho decente não pode ser inferido apenas pelo crescimento do número de postos formais, sendo necessário observar também a produtividade, a remuneração e a qualidade concreta dos vínculos gerados (IPEA, 2024).

Quando se examina a composição do emprego formal municipal, percebe-se que esse avanço ocorreu em um contexto de baixa diversificação produtiva. A análise desenvolvida no capítulo 4 mostrou a predominância do setor de serviços, acompanhada de participação mais restrita de segmentos econômicos de maior complexidade produtiva. Essa característica é relevante porque, segundo estudos sobre desenvolvimento regional, a diversificação da estrutura produtiva constitui elemento central para ampliar a resiliência do mercado de trabalho e elevar a capacidade de geração de empregos de maior qualidade (MACEDO; PORTO, 2021). Em economias locais de pequeno porte, nas quais a base produtiva é concentrada e a densidade empresarial é limitada, o crescimento do emprego tende a ocorrer de

forma mais dependente de poucos segmentos e com menor capacidade de absorção de ocupações altamente qualificadas. Desse modo, embora Paulo Lopes tenha ampliado seu mercado formal, a estrutura setorial local ainda impõe restrições importantes ao avanço mais amplo do trabalho decente.

A distribuição dos vínculos por faixa de remuneração confirma essa leitura. Em 2023, o município concentrou 1.261 vínculos formais na faixa entre 1,01 e 2,00 salários mínimos e 809 vínculos entre 2,01 e 5,00 salários mínimos, ao passo que as faixas superiores apresentaram participação bastante reduzida. Esse padrão indica que a formalização local se deu majoritariamente em ocupações de remuneração baixa e intermediária, com limitada presença de postos mais valorizados. Do ponto de vista do ODS 8, isso revela uma tensão importante entre quantidade e qualidade do emprego: houve crescimento do número de vínculos, mas sem correspondente disseminação de níveis remuneratórios mais elevados. Como destaca a literatura da OIT, rendimentos adequados constituem dimensão fundamental do trabalho decente, pois dizem respeito à capacidade de o trabalho garantir condições dignas de vida e inclusão social efetiva (OIT, 2006; OIT, 2013).

Outro elemento relevante refere-se ao perfil de escolaridade dos trabalhadores formais. A elevação do nível educacional da força de trabalho formal observada ao longo da série indica mudança qualitativa importante, compatível com transformações mais amplas do mercado de trabalho brasileiro. Contudo, a literatura mostra que o aumento da escolarização, embora necessário, não garante por si só melhor inserção ocupacional se não vier acompanhado de estrutura produtiva capaz de absorver trabalhadores em postos compatíveis com sua qualificação (IPEA, 2024; MACEDO; PORTO, 2021). Em contextos locais pouco diversificados, a elevação da escolaridade pode coexistir com um mercado de trabalho incapaz de converter plenamente capital humano em ocupações de maior produtividade e melhor remuneração. Assim, no caso de Paulo Lopes, o avanço educacional deve ser interpretado como condição potencialmente favorável ao ODS 8, mas ainda limitada por entraves estruturais da economia municipal.

A comparação com Santa Catarina e com o Brasil aprofunda essa avaliação. O estado catarinense apresenta mercado de trabalho formal mais robusto, maior dinamismo econômico e base produtiva relativamente mais diversificada, o que amplia sua capacidade de gerar empregos formais e de sustentar desempenho superior ao

nacional em diferentes indicadores laborais. O Brasil, por sua vez, embora apresente escala muito superior e maior heterogeneidade regional, também compartilha com Paulo Lopes a concentração dos vínculos em faixas salariais baixas e intermediárias. Paulo Lopes, portanto, posiciona-se de forma intermediária: acompanha a tendência de formalização observada nas escalas mais amplas, mas reproduz de forma intensificada os limites típicos de economias locais menos diversificadas, com menor capacidade de transformar crescimento do emprego em melhoria qualitativa da estrutura ocupacional. Sob a ótica da Agenda 2030, isso significa que o município avança em alguns aspectos do ODS 8, mas ainda o faz de maneira parcial e desigual.

Essa constatação é compatível com a avaliação do Ipea sobre o progresso do Brasil em relação ao ODS 8. As publicações do instituto indicam que o cumprimento desse objetivo depende não apenas da recuperação do emprego, mas também do aumento da produtividade, da melhoria da renda do trabalho, da redução da informalidade e da ampliação de oportunidades para grupos em situação de maior vulnerabilidade (IPEA, 2019; IPEA, 2024). Em outras palavras, o ODS 8 exige que o crescimento econômico se traduza em inclusão produtiva de melhor qualidade, o que, no plano municipal, depende tanto de políticas públicas quanto da capacidade de articulação entre estrutura econômica local, qualificação da força de trabalho e planejamento territorial. Para Paulo Lopes, isso implica reconhecer que os avanços verificados na formalização constituem base importante, mas insuficiente para assegurar, por si sós, a convergência plena com os parâmetros de trabalho decente estabelecidos pela Agenda 2030.

Dessa forma, a avaliação final do município à luz do ODS 8 deve ser equilibrada. Por um lado, Paulo Lopes apresentou expansão do emprego formal, elevação relativa da escolaridade dos vínculos e integração à dinâmica estadual de crescimento ocupacional, aspectos que indicam progresso relevante no período analisado. Por outro, persistem limitações estruturais associadas à baixa diversificação econômica, à concentração setorial, ao predomínio de vínculos em faixas salariais intermediárias e à reduzida presença de ocupações de maior remuneração. Esses elementos mostram que o município se aproxima das diretrizes do ODS 8 no que se refere à ampliação do emprego formal, mas ainda encontra obstáculos significativos para consolidar um padrão mais abrangente de trabalho decente. Em síntese, a realidade de Paulo Lopes revela que o avanço em direção à

Agenda 2030 não depende apenas do crescimento do número de empregos, mas da capacidade de transformar esse crescimento em inserção ocupacional mais qualificada, diversificada e socialmente inclusiva.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente monografia teve por objetivo analisar a evolução do emprego no município de Paulo Lopes (SC), no período de 2006 a 2023, à luz das diretrizes da Agenda 2030, com ênfase no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 8, voltado à promoção do trabalho decente e do crescimento econômico. Para isso, articulou-se um referencial teórico centrado nos conceitos de desenvolvimento sustentável, mercado de trabalho, trabalho decente e desenvolvimento regional com a análise empírica de indicadores de emprego formal extraídos da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), em perspectiva comparada com Santa Catarina e com o Brasil. Essa estratégia permitiu compreender a realidade local não como um fenômeno isolado, mas como parte de uma dinâmica mais ampla, condicionada por estruturas produtivas, escalas territoriais e padrões regionais de desenvolvimento (MACEDO; PORTO, 2021).

Considera-se que os objetivos propostos pela pesquisa foram satisfatoriamente alcançados. Ao longo do trabalho, foi possível caracterizar o município de Paulo Lopes em suas dimensões histórica, econômica e social, construir a base teórica necessária sobre desenvolvimento sustentável, Agenda 2030 e ODS 8, bem como sistematizar indicadores de emprego formal pertinentes à análise. Com base nisso, tornou-se possível examinar a evolução desses indicadores no período de 2006 a 2023, situar o desempenho do município em perspectiva comparada com Santa Catarina e o Brasil e avaliar, à luz da Agenda 2030, em que medida a dinâmica observada se aproxima ou se distancia das metas associadas ao trabalho decente e ao crescimento econômico.

Os resultados da pesquisa evidenciaram que Paulo Lopes apresentou crescimento do número de vínculos formais ao longo da série histórica, indicando ampliação da formalização do emprego no município. Esse movimento acompanhou a tendência observada em Santa Catarina e no Brasil, ainda que em escala muito inferior, o que demonstra que o município participou da dinâmica mais geral de expansão do mercado formal de trabalho. Contudo, a análise também mostrou que esse avanço se deu sob importantes limitações estruturais, expressas na baixa diversificação produtiva, na predominância do setor de serviços, na concentração dos vínculos em faixas de remuneração intermediárias e na reduzida presença de

ocupações de maior valor salarial. Em termos analíticos, isso significa que a expansão do emprego formal não foi suficiente para assegurar, por si só, uma transformação qualitativa mais profunda da estrutura ocupacional local.

Sob a ótica do ODS 8, o caso de Paulo Lopes revela avanços reais, porém parciais. O aumento do número de vínculos formais e a elevação relativa da escolaridade dos trabalhadores indicam progresso em direção a um mercado de trabalho mais estruturado e potencialmente mais protegido. Entretanto, a permanência de vínculos concentrados em estratos salariais baixos e médios, aliada à limitada diversificação econômica do município, mostra que o trabalho decente ainda não se realiza plenamente no território. Como ressaltam a Agenda 2030 e os estudos do Ipea, o ODS 8 não se resume à criação de empregos, mas envolve também produtividade, remuneração adequada, inclusão e capacidade de gerar oportunidades de trabalho mais qualificadas e sustentáveis (IPEA, 2019; IPEA, 2024). Assim, Paulo Lopes apresenta uma trajetória de avanço na formalização, mas ainda distante de um padrão mais abrangente de trabalho decente.

A comparação com Santa Catarina e com o Brasil reforçou esse diagnóstico. Enquanto Santa Catarina apresenta estrutura produtiva mais diversificada e maior robustez do mercado de trabalho formal, e o Brasil combina heterogeneidade regional com maior amplitude de absorção ocupacional, Paulo Lopes expressa essas tendências em escala local sob condições mais restritivas. O município compartilha a tendência de crescimento da formalização e a concentração do emprego em faixas salariais intermediárias, mas difere por sua menor capacidade de gerar ocupações mais valorizadas e de sustentar um mercado de trabalho mais complexo. Desse modo, o estudo demonstrou que a realidade municipal não pode ser interpretada apenas a partir de seus indicadores absolutos, mas deve ser situada no interior da dinâmica regional e nacional do emprego, o que confere maior densidade analítica à avaliação proposta.

Do ponto de vista das implicações práticas, os resultados sugerem que o enfrentamento dos problemas identificados em Paulo Lopes depende de estratégias voltadas à ampliação da diversificação econômica, à valorização do trabalho e ao fortalecimento da capacidade local de gerar empregos de maior qualidade. Nesse sentido, políticas públicas de qualificação profissional, incentivo ao empreendedorismo local, apoio às micro e pequenas empresas, fortalecimento do

sistema público de emprego e promoção de atividades produtivas de maior valor agregado aparecem como caminhos plausíveis para aproximar o município das diretrizes do ODS 8. Além disso, a literatura de desenvolvimento regional destaca a importância de políticas orientadas à inovação, à modernização produtiva e à articulação entre governos locais, instituições de ensino e setor privado, especialmente em economias de pequena escala, nas quais a geração de emprego qualificado depende fortemente da capacidade de dinamização territorial (IPEA, 2024; IPEA, 2023). Portanto, a superação das limitações observadas em Paulo Lopes não depende apenas do crescimento do emprego, mas de uma transformação mais ampla de sua base econômica e institucional.

Esta pesquisa também apresenta limitações que precisam ser reconhecidas. A utilização da RAIS permitiu analisar com consistência o emprego formal nas três escalas territoriais, mas não tornou possível abarcar, com o mesmo grau de comparabilidade, indicadores como desocupação, informalidade e subutilização da força de trabalho no nível municipal. Além disso, o foco no emprego formal impõe um recorte específico do mercado de trabalho, deixando de fora dimensões relevantes da inserção ocupacional em municípios pequenos, nos quais atividades informais, sazonais ou por conta própria podem ter peso expressivo. Tais limitações não invalidam os resultados alcançados, mas indicam que a interpretação do mercado de trabalho de Paulo Lopes deve ser compreendida dentro dos limites empíricos e metodológicos adotados neste estudo.

Nesse sentido, o trabalho também abre possibilidades para investigações futuras. Estudos posteriores poderão aprofundar a análise comparativa com municípios de porte semelhante, pertencentes à mesma região ou inseridos em contextos produtivos próximos, a fim de verificar se os padrões observados em Paulo Lopes correspondem a uma dinâmica local específica ou a uma tendência mais ampla entre pequenos municípios catarinenses. Também seria relevante incorporar, quando houver disponibilidade metodológica adequada, indicadores de informalidade, desocupação, rendimento médio e mobilidade ocupacional, ampliando a avaliação da qualidade do trabalho para além do emprego formal. Outra agenda promissora consiste em investigar com maior profundidade a relação entre escolaridade, estrutura produtiva e remuneração no município, bem como o papel de políticas públicas locais e regionais na indução de atividades econômicas mais intensivas em produtividade e

inovação. Adicionalmente, sugere-se, em estudos futuros, a aplicação do método shift-share, com o objetivo de verificar em que medida o crescimento do emprego formal em Paulo Lopes decorreu de fatores específicos da dinâmica local ou do desempenho mais amplo observado em Santa Catarina e no Brasil.

Por fim, conclui-se que Paulo Lopes apresentou avanços relevantes na formalização do emprego entre 2006 e 2023, mas esses avanços ocorreram em um contexto marcado por limitações estruturais que restringem a consolidação de um padrão mais pleno de trabalho decente. O município demonstrou capacidade de ampliar vínculos e acompanhar, em parte, a dinâmica do mercado de trabalho estadual e nacional, porém ainda enfrenta entraves relacionados à baixa diversificação produtiva, à concentração salarial e à limitada geração de ocupações de maior qualidade. À luz da Agenda 2030, isso significa que Paulo Lopes se encontra em trajetória de progresso, mas ainda distante de uma convergência mais abrangente com as metas do ODS 8. Em síntese, a pesquisa confirma que o desenvolvimento local não deve ser medido apenas pela expansão do emprego formal, mas pela capacidade de transformar esse crescimento em oportunidades de trabalho mais qualificadas, valorizadas e socialmente inclusivas, ao mesmo tempo em que aponta caminhos práticos e analíticos para o aprofundamento desse debate em estudos futuros.

## REFERÊNCIAS

BRUNDTLAND, Gro Harlem. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987.

CARDOSO, Adalberto Moreira. **A construção da sociedade do trabalho no Brasil: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUIMARÃES, Roberto P. A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento. In: VIANA, Gilney; SILVA, Marina; DINIZ, Nilo. **O desafio da sustentabilidade**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

IBGE. **Paulo Lopes (SC) – Panorama**. Rio de Janeiro: IBGE, s.d. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/paulo-lobes/panorama>. Acesso em: 15 abr. 2026.

IBGE. **Paulo Lopes (SC) | Cidades e Estados**. Rio de Janeiro: IBGE, s.d. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/paulo-lobes.html>. Acesso em: 15 abr. 2026.

IBGE. **Relação Anual de Informações Sociais – RAIS: metadados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://ces.ibge.gov.br/base-de-dados/metadados/mte/relacao-anual-de-informacoes-sociais-rais>. Acesso em: 1 jun. 2026.

IBGE. **Trabalho - Estatísticas**. Rio de Janeiro: IBGE, s.d. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho.html>. Acesso em: 15 abr. 2026.

IPEA. **Desemprego, informalidade, subutilização e inatividade**. Brasília, DF: Ipea, s.d. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/retrato/indicadores/mercado-de-trabalho/desemprego-informalidade-subutilizacao-e-inatividade/>. Acesso em: 15 abr. 2026.

IPEA. **ODS 8 - Trabalho decente e crescimento econômico**. Brasília, DF: Ipea, 2024. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/ods8.html>. Acesso em: 1 jun. 2026.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **ODS 8: promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos**. Brasília, DF: Ipea, 2019. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/14124/8/Agenda\\_2030\\_ODS\\_8\\_Promover\\_o\\_crescimento\\_economico.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/14124/8/Agenda_2030_ODS_8_Promover_o_crescimento_economico.pdf). Acesso em: 1 jun. 2026.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Evolução regional do mercado de trabalho no Brasil (2000-2018): apontamentos para a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)**. Brasília, DF: Ipea, 2021.

Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstreams/d757cbaa-99b2-4650-82c2-da3479d69b01/download>. Acesso em: 1 jun. 2026.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MACEDO, Fernando Cezar de; PORTO, Leonardo Rodrigues. **Proposta de atualização das tipologias da PNDR: nota metodológica e mapas de referência**.

Brasília, DF: Ipea, 2018. Disponível em:

<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8703>. Acesso em: 1 jun. 2026.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Decent work and the 2030 Agenda for sustainable development**. Geneva: International Labour Office, 2016.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Diagnóstico do trabalho decente no Brasil**. Brasília, DF: OIT, 2024. Disponível em:

<https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/conferencia-nacional-do-trabalho/relacao-das-386-propostas/ii-cnt-diagnostico>. Acesso em: 1 jun. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Nova York: ONU, 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES. **História do município de Paulo Lopes**. Disponível em: <https://paulolopes.sc.gov.br/pagina-9832/>. Acesso em: 8 abr. 2026.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. In: BURSZTYN, Marcel. **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SINGER, Paul. **Curso de introdução à economia política**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.